

===== **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM VINTE E SETE DE DEZEMBRO DO ANO DOIS MIL E TREZE:** =====

===== *Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano dois mil e treze, pelas dezassete horas e trinta minutos na Sala Polivalente da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sobre a Presidência do Senhor **Dr. Jorge Manuel Freitas de Oliveira e Silva**, Secretariado pelos Senhores **António Luís da Fonseca e Grifo** – Primeiro Secretário e **Helga Alexandra Freire Correia** – Segunda Secretária e cuja Ordem de Trabalhos era a seguinte:*=====

===== **Ponto um:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município;* =====

===== **Ponto dois:** *Protocolo de cooperação a celebrar com os Agrupamentos de Escolas (Programa AVES) – Aprovação;* =====

===== **Ponto três:** *Acordo de cooperação para a expansão e desenvolvimento da rede pré-escolar – Aprovação das transferências;* =====

===== **Ponto quatro:** *Plano Municipal para a Igualdade e Responsabilidade Social – Aprovação;*=====

===== **Ponto cinco:** *1.ª Revisão ao Plano Plurianual das Atividades Mais Relevantes – Aprovação;* =====

===== **Ponto seis:** *associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis – Pedido de isenção total de taxas, incluindo a taxa mínima de utilização (cedência do Cine-Teatro Caracas) – Aprovação;* =====

===== **Ponto sete:** *Carlos & Luz – Pedido de isenção de taxas pela ocupação do espaço público em obras de reabilitação urbana – Aprovação;* =====

===== **Ponto oito:** *Desafetação do domínio público de parcela de terreno sita na Travessa do Calvário, Oliveira de Azeméis – Aprovação;* =====

===== **Ponto nove:** *Proposta de proibição de estacionamento na Rua Professor Arnaldo Costeira em Oliveira de Azeméis – Aprovação;* =====

===== **Ponto dez:** Proposta de criação de três lugares de estacionamento junto à casa mortuária, Cucujães – Aprovação; =====

===== **Ponto onze:** Comissão Toponímia – Designação de três representantes. =====

===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:**=====

===== **Do Partido Social Democrata (PSD):** António Manuel Alves da Costa Rosa, Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, António da Silva Xará, José Filipe Silva Carvalho, José Domingos Campos da Silva, Carlos Manuel Costa Gomes, Ana Luísa Gonçalves Regala de Mendonça Humphrey, António Castro Alves da Cruz, Nuno Ricardo Fernandes Pires, Maria Helena Soares de Oliveira Lestre, António Manuel Fernandes Aguiar, André Lourenço Pereira Ribeiro, José Rodrigues Santos e Carlos Manuel Pinho e Silva. =====

===== **Do Partido Socialista (PS):** Carlos Manuel Afonso de Bastos Oliveira, Bruno Armando Aragão Henriques, Helena Maria Dinis dos Santos, Manuel José Tavares Soares, José António Domingues Marques Lourenço, Ana Sofia Ferreira Pinho, José Manuel Marques Ribeiro, José Ramos da Silva, Ana Raquel Simões Teixeira, Pedro Luís Paiva Dias, Nuno Miguel Soares de Jesus, Cristina Maria Valente de Pinho, António Marques Silva, Rui Jorge da Silva Luzes Cabral, Bernardo Amaro Moreira Simões, Simão da Costa Godinho, Armindo Fernando Martins Nunes e Agostinho Tavares. =====

===== **Do Partido Popular (CDS/PP):** António Pinto Moreira, Jorge Paulo de Melo Pereira e Jorge Fernando Rocha Pinto Paiva. =====

===== **Independente:** Augusto Moreira. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade dos seguintes Membros: José Filipe Silva Carvalho, que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de Partido José Francisco Brandão Oliveira, em virtude do mesmo ter solicitado a sua substituição. =====

===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (ART.º 19º DO REGIMENTO)** =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início à Sessão: =====

===== Vamos dar início a esta sessão da Assembleia Municipal e eu pedia o favor a quem ainda não assinou o Ponto se faz o favor de o fazer. A lista com o nome das pessoas está no lugar habitual. Se já todos assinaram. Ótimo. Vamos então dar início a esta Assembleia

Ordinária. Aproveito para fazer votos de que o Natal tenha decorrido da melhor maneira, pelo menos com saúde e fazer votos para que o próximo ano seja um ano melhor, um ano de 2014 com mais esperança e fundamentalmente também com mais saúde, se tivermos todos saúde e paz já somos todos ricos. Portanto, a todos, eu queria fazer este voto de um Bom Ano. Tenho aqui várias inscrições das respetivas Bancadas, PSD, PS e do CDS/PP e eu então ia dar início ao Período “Antes da Ordem do Dia” chamando para fazer a sua intervenção o deputado Nuno Pires.=====

===== Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, caros Colegas, público em geral. O investimento efetuado no mandato anterior no setor da Educação não deixou dúvidas de que o executivo assumiu a educação como uma área estratégica para o município. As melhorias fazem-se sentir em todos os níveis de ensino. No que se refere ao ensino superior, o projeto mais visível foi a construção das novas instalações da Escola Superior Norte da Universidade de Aveiro integradas no Parque do Cercal – Campus para a Inovação, Competitividade e Empreendedorismo Qualificado. A Escola Superior Aveiro Norte foi recentemente inaugurada no âmbito das comemorações do 40º Aniversário da Universidade de Aveiro e espera-se que esteja em funcionamento no início de 2014. O projeto com a importante parceria da Universidade de Aveiro mostra a visão estratégica do executivo no que se refere ao futuro do concelho em termos de investigação, de formação e de desenvolvimento tecnológico para o tecido empresarial oliveirense caracterizado pela elevada capacidade exportadora. Na linha estratégica definida para a educação a Câmara Municipal não deixou de fora a mais-valia que a Universidade pode trazer para a dinamização económica do município tornando-a parceira do Campus Universitário, situado na antiga Quinta do Comandante. Em junho de 2012 foi assinado o contrato de empreitada para a construção do Parque do Cercal, uma obra de 5 milhões de euros (5.000.000,00€) assegurado em 85% pelo FEDER (Fundo Europeu Desenvolvimento Regional) a diferença financeira será suportada pela autarquia. Num espaço de 14 hectares para além das novas instalações da Escola Superior Aveiro Norte existirá espaço para a componente de investigação e desenvolvimento tecnológico, apoio à incubação de novas empresas, estímulo ao empreendedorismo, promoção de emprego qualificado e apoio ao tecido económico local e regional. Este espaço proporcionará excelentes condições aos alunos, professores e técnicos às quais junta a aposta na inovação, desing, crescimento dos Cursos Especialização Tecnológica (CETs) e de novos cursos adaptados à realidade empresarial de Oliveira de Azeméis e da Região de Entre Douro e Vouga nomeadamente na área dos moldes, componente automóvel, metalomecânica, calçado e cortiça. Tal como defende Manuel Assunção, Reitor da Universidade de Aveiro, a perspectiva da Escola Superior Aveiro Norte é o motor para um maior relacionamento do ensino com as empresas e com o tecido produtivo da região num quadro de maior competitividade industrial. Em termos de eficiência energética, o edifício da ESAN (Escola Superior Aveiro Norte) será uma referência para o País, neste aspeto

o Imóvel é inovador sendo a primeira construção pública do País a utilizar técnicas que ainda não são usadas em Portugal como a Geotermia (energia captada ao solo) e a Biotermia para aquecimento e refrigeração. A aplicação destas técnicas permitirá uma poupança superior a 60% do consumo energético. O espaço contempla 600m² de laboratórios, 500m² de oficinas, auditório, espaço para biblioteca, salas de aula, formação e reuniões. Oliveira de Azeméis é hoje uma cidade universitária com a Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa a funcionar desde 2002 e com a Escola Superior Aveiro Norte a funcionar desde 2004, estas duas instituições reúnem agora excelentes condições físicas para a formação nas suas mais diversas áreas. Azeméis é Educação.=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Rui Luzes Cabral, Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro. =====

===== Boa tarde a todos. Cumprimentar a Mesa e Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara e demais Vereadores, colegas Presidentes de Junta, Membros desta Assembleia Municipal, público, comunicação social. Espero que tenham tido um Bom Natal e aproveito também para desejar um excelente 2014. Hoje o que me traz cá, simplesmente, aqui duas ou três notas que acho que é importante ficar registado, que tem a ver com: Uma delas com as freguesias e as novas competências que estão plasmadas numa nova lei. Recentemente tivemos cá o Senhor Secretário de Estado, Leitão Amaro, até a falar sobre essas questões, assim como, uma técnica da Universidade de Aveiro, uma professora, que também introduziu alguns temas sobre assunto. É um assunto um pouco complexo na medida em que mais uma vez as juntas de freguesia apesar desta Lei nº 75/2013 estar com novas competências, como arrumador de carros, pequenas licenças no que toca a licenciamento de festas, lotarias e afins, nós, consideramos, ou pelo menos eu considero que se perdeu uma oportunidade para ir um pouco mais além. Mas é o que temos e temos que adaptar-nos a esta nova realidade. Sabendo que, depois, nesta negociação ao que tudo indica existem 180 dias para adaptar essas novas competências retirando-as do foro da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia. Acho que nós aqui em Oliveira de Azeméis, à semelhança de outras Câmaras Municipais que já em mandatos anteriores foram um pouco mais além nessa descentralização. Não vou falar aqui de Lisboa, porque é um caso á parte e é mesmo um pouco mais além do que aquilo que contempla a Lei nº 75/201,3 julgo que até há uma lei própria para as freguesias de Lisboa mas também não nos interessa aqui ao caso. E portanto. o que eu queria aqui alertar, era, para, que neste período, que já não resta muito destes 180 dias, é que pudéssemos fazer uma seria avaliação daquilo que tem sido o passado. O passado é conhecido. O Senhor Presidente da Câmara, na reunião que fez com todos Presidentes de Junta recentemente, já reconheceu as coisas que correram bem no mandato passado e as coisas que correram mal também no mandato passado. Acho que devemos melhorar algumas delas, ou muitas delas. Já falamos um pouco sobre isso. E acho que as reuniões mensais, por acaso hoje havia uma e por causa da Assembleia Municipal

não se pode concretizar, com os Presidentes de Junta, é um bom princípio pelo menos para se iniciar esse diálogo. E portanto acho que era, todos, os Presidentes de Junta, o Executivo Municipal, os Membros desta Assembleia, refletirmos um pouco o que é pode ser este relacionamento das Juntas de Freguesia com a Câmara Municipal até para que não vivamos de expectativas mas sim de algumas concretizações mais concretas daquilo que é o nosso dia-a-dia. Nós, por exemplo: A questão dos PPI(s), que são sempre uma indicação que as Juntas de Freguesia dão para estarem constantes no Orçamento do mandato, é sempre uma expectativa não é? Acho que devíamos aprofundar essa questão no sentido de, tentarmos concretizar, sermos um pouco mais objetivos, quando digo – sermos, tanto os Presidentes de Junta nessa negociação com a Câmara, sabermos todos até onde é que podemos ir. Porque não vale a pena pedirmos para pavimentarmos vinte ruas, se sabemos que no mandato só vamos conseguir pavimentar quatro ou cinco. Portanto, é esta objetividade que, eu acho que, no futuro e neste mandato, deveríamos aprofundar mais. Até porque as Juntas de Freguesia muitas vezes têm essa expectativa e fazem-na passar para os seus fregueses e muitas das vezes a obra não acontece e isso cria algumas complicações. E portanto é este diálogo que acho que deveria ser aprofundado e deveria ser já, para que não deixássemos passar mais um mandato a tentar ver como é que as coisas vão ficar. Até porque, no mandato passado, já falamos nisso, a própria questão dos funcionários, andamos um mandato com pareceres para a frente e para trás, poderiam ou não serem transferidos para as juntas de freguesia. Sabemos o que é que está a passar também na Câmara de Lisboa por causa disso. Mas, pelo menos, discutirmos essa questão e resolvermos de um a vez por todas. E porque há várias maneiras de passarmos ou de darmos mais responsabilidades às Juntas de Freguesia: Uma – é continuar ou reforçar aquilo que existe com funcionários; com alcatrão; com equipamentos, depois umas freguesias conseguem um pouco mais do que outras, não vou agora aqui discutir isso. E há a outra forma que é de reforçar, é não enviar nada disso, é acabarmos com isso tudo e enviar na questão das transferências mensais que a Câmara já passa para as juntas de Freguesia termos um reforço financeiro em que a junta de freguesia sabe que da câmara municipal conta com aquela verba e mesmo para alcatrão, mesmo para equipamentos, terá que se desenrascar e terá que gerir esses meios com aquilo que tem. E portanto, há aqui várias formas de nós abordarmos este problema e eu queria deixar de facto essa nota para que, todos juntos, agora já no mês de janeiro, pudéssemos deixar essa questão resolvida. Outra questão, que não tem nada a ver com isto, mas que já algumas pessoas me falaram nisso, eu já era para ter falado isto aqui numa outra Assembleia mas esqueci-me, que tem a ver com a taxa do lixo que todos nós pagamos em nossas casas. E que, há as pessoas que pedem para a construção de uma nova habitação e enquanto não há licença de habitabilidade dessas novas construções já estão a pagar taxa do lixo. Ora, se, a licença de habitabilidade para essas novas construções é para autorizar que as pessoas possam a partir daquele momento viverem nesse espaço. Se não há autorização, não há pessoas a viverem nesse espaço, logo, não há lixo a ser feito nessas habitações. E portanto, acho que, a taxa do lixo só deveria ser nas novas construções aplicada depois ou com a licença de

habitabilidade a partir do momento em que ela é passada. E portanto, é estas duas notas que hoje eu queria aqui trazer para reflexão. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado António Rosa, do PSD.=====

===== Muito boa tarde. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Jorge, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas deputados, Senhores Presidentes de Junta de Freguesia; minhas senhoras e meus senhores. Antes de mais aproveito também a oportunidade para fazer votos de que as cerimónias, que acabamos de celebrar, tenham sido as melhores para todos. Pouco mais de 2 meses volvidos sobre a cerimónia de tomada de posse da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, creio ser hoje imperioso recuperar algumas das palavras que, na ocasião, tive oportunidade de partilhar. Então, dizia que: “nos consideramos pessoas de bem, respeitadoras e respeitáveis. Sabemos que os oliveirenses terão os olhos postos em nós exigindo uma conduta imaculada, uma dedicação exemplar e, acima de tudo, a dignidade de sermos a sua voz neste órgão.” Dizia que: “Tudo faremos para corresponder. De nós, poderão esperar uma atitude de respeito e de civilidade no exercício deste mandato que nos confiaram. Estamos certos de que essa atitude será vivida em plenitude por todos os membros desta Assembleia, superiormente conduzida pelo Senhor Dr. Jorge Oliveira e Silva, Digníssimo Presidente deste Órgão. Estou certo de que, conduzidos por esta inspiração dignificaremos a função que nos foi confiada e faremos de Oliveira de Azeméis um concelho melhor e dos Oliveirenses pessoas mais felizes e orgulhosas.” Recordo estas palavras pois estou absolutamente convencido de que todos os presentes me acompanham na ideia de que o exercício digno dos mandados autárquicos é determinante para a credibilização dos atores políticos e para o sucesso da sua ação em prol da comunidade. Recordo também porque, se creio que acreditamos, defendemos, e procuramos exercer dignamente as funções autárquicas, creio também que partilhamos a visão de que, ofensivas mal-intencionadas, manipuladoras ou simplesmente irresponsáveis sobre quaisquer detentores dos cargos autárquicos são, em si, verdadeiros ataques à dignidade dos próprios órgãos e, por isso, merecem uma atitude de defesa intransigente por parte dos mesmos. É nesta convicção que aqui trago hoje à partilha a preocupação com que temos assistido a frequentes atropelos à dignidade dos órgãos autárquicos de Oliveira de Azeméis. Na edição do passado dia 19 de novembro de 2013, o semanário “Correio de Azeméis” deu eco a uma “Carta ao Director” remetida por um grupo de subscritores, intencional e mentirosamente auto-intitulados militantes de uma força partidária. Na referida carta foi proferida um verdadeiro ataque pessoal ao Presidente da Assembleia Municipal, deturpando por completo o sentido da sua intervenção, e dando um sentido completamente oposto, ao que marcou a sua mensagem no almoço do convívio anual da Banda de Musica de São Martinho de Fajões. Sabemos que a intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Jorge Oliveira e Silva, foi amplamente aplaudida e saudada. Essa

reação, emotiva e forte, foi resultado do teor da sua intervenção, digna do titular do mais alto cargo autárquico. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal utilizou o tempo de intervenção que lhe foi destinado para reconhecer respeitosamente e humildemente a escolha eleitoral do povo de Fajões. Fê-lo ainda para dar o devido relevo à grandeza que é a instituição da Banda de Musica de S. Martinho de Fajões e para apelar a que todos contribuam para que o clima de paz e de regular funcionamento das instituições na freguesia se restabeleça rapidamente. Apesar deste apelo, apesar da dignidade e elevação com que o evento decorreu, vemos que continua a haver quem, não conformado com as regras que a democracia impõe, continue interessado em contribuir para um desenfreado clima de guerrilha, denegrindo a imagem da freguesia de Fajões e dos Fajoenses, nem que para isso se tenha de socorrer baixamente do titular do mais alto órgão da autarquia. É evidente que todos estamos certos que a esmagadora maioria dos Fajoenses não se revê nesta forma de atuar. Mas também sabemos que muitos oliveirenses, por ventura menos atentos ou mais susceptíveis, ficarão ou reforçarão a negatividade da imagem e do papel com que olham para os autarcas e para os órgãos autárquicos, como resultado destas manobras dilatórias. Dito isto, surpreende-nos que, não fazendo o jornal “Correio de Azeméis” nenhum relato dos acontecimentos, nem na edição de 19 de novembro, nem em edições anteriores, tenha dado espaço a tal missiva, sem acautelar a sua veracidade. Este ataque difamatório à pessoa do Dr. Jorge Oliveira e Silva, seguramente que nos incomoda a todos, pela amizade, simpatia ou simplesmente pelo respeito cívico que nutrimos por ele. Mas, aquilo que a todos nos diz respeito e que, por isso, cremos que impõe uma pronúncia coletiva, é a agressão desferida à instituição Assembleia Municipal, por ele representada naquela circunstância. Muitos outros episódios, poderíamos aqui apresentar. De amplitude, plataforma, abrangência ou destinatário distintos, mas episódios onde, com grande facilidade se confunde a normal diferença de opiniões e de escolhas, com o leviano e despudorado ataque a pessoas e, por consequência, às instituições que representam. Nesta ocasião, o atingido foi o Presidente da Assembleia Municipal. Amanhã poderá ser o líder da bancada do PS na Assembleia Municipal, ou o líder da bancada do CDS, poderá ser um elemento da Câmara Municipal, da maioria ou da oposição, pode ser um Presidente de Junta de Freguesia ou um representante de uma Assembleia de Freguesia. Cremos que se impõe que a Assembleia Municipal, à altura da sua responsabilidade, e numa atitude positiva e construtiva, registre uma posição de princípio. Uma posição que salvguarde a preservação da dignidade e nobreza dos órgãos autárquicos, que vale muito para além das pessoas que, a cada momento, encarnam cada mandato. Assim, a bancada do PSD propõe o seguinte: (passo a ler) - “Voto de Repúdio. O poder autárquico exerceu ao longo dos últimos 37 anos um papel de enorme importância como factor de estabilidade no regime político e de alavancagem do desenvolvimento económico do País. O exercício autárquico é, por isso, credor do respeito e da dignidade próprias da nobreza subjacente à missão de servir a comunidade. Aos atores autárquicos é exigida uma atitude, competente e esforçada no exercício do seu mandato, e imaculada quanto à honestidade e dignidade. Aos cidadãos representados é reservado o direito

inalienável de escolher, de participar civicamente, de reivindicar e de acompanhar ativamente a ação dos órgãos municipais, sendo normal e desejável que se manifestem quanto às suas aspirações e insatisfações. A todos é exigido o respeito inalienável pelas instituições autárquicas e pela Verdade. No atual contexto socio - económico depressivo, que por si só contribui para um sentimento generalizado de descrença e frustração, facilmente personificadas nos atores políticos, a preservação da imagem das instituições e dos seus dignos representantes é particularmente pertinente. Assim, a bancada do PSD propõe: Voto de repúdio por todas a e quaisquer acções atentatórias da dignidade e do bom nome dos órgãos autárquicos de Oliveira de Azeméis e dos seus titulares.”=====

===== *Colocado à admissão o voto de repúdio, foi o mesmo aceite por maioria, com a seguinte votação: - A favor: dezassete votos do PSD, três votos do CDS/PP, dezasseis votos PS e um do Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; - Contra: um voto do PS; - Abstencões: uma do Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Carlos Afonso, do PS.* =====

===== *Relativamente a esta proposta, o que o Partido Socialista tem a dizer é o seguinte: Relativamente a esta carta dirigida ao Diretor do jornal “ Correio de Azeméis”, publicada no dia 19 de novembro de 2013 e à resposta enviada pela Comissão Política do PSD de Oliveira de Azeméis, o Partido Socialista nada tem a referir ao teor dessas comunicações. A decisão da referida comissão política de que este assunto está definitivamente encerrado, podia e devia ser a decisão política mais sensata. Pretender ressuscitar esta questão decorrido que está mais de um mês sobre a última publicação jornalística de 26-11-2013, comunicado do PSD, é certamente pretender alimentar uma guerra para a qual o Partido Socialista não vai contribuir. Entende o Partido Socialista, que é uma guerra interna do PSD e como tal não deve interferir nem opinar. Relativamente ao teor da carta ao Diretor, em que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal diz ter sido denegrida a sua imagem como Presidente deste Órgão. O Partido Socialista, porque não esteve presente na cerimónia em referência, ou seja, no aniversário da Banda da Musica de Fajões, desconhece o que lá se passou e teor da intervenção efetuada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Se foi como referem os subscritores da carta ao diretor do jornal, o Partido Socialista lamenta a postura do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e só lhe restaria uma saída que era a sua demissão de Presidente deste Órgão. Se não foi, como esperamos que não tenha sido, e pretendendo alimentar esta guerra, não restará outra hipótese ao Senhor Presidente que não seja o de recurso aos tribunais e com bem sabe, o tribunal resolve. Só assim, será reposta a verdade dos factos e acontecimentos. O Partido Socialista, não subscreverá qualquer moção, relativamente a este episódio.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Jorge Paiva, Presidente da Junta de Freguesia de Fajões.* =====

===== *Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Vereadores, caros Colegas, público aqui presente, imprensa. Não era para fazer qualquer abordagem a este tema mas como ele foi colocado e está em discussão, apraz-me registar o facto e tecer algumas palavras de apoio ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia porque, efetivamente, eu estive presente no repasto da Banda Musical. Realmente achei estranho aquele comunicado subscrito por oito ou nove pessoas e que por acaso nenhuma delas esteve no almoço. Sabemos de onde é que elas vêm e qual é o objetivo. Por aquilo que vi e ouvi, nada de mal disse o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pelo contrário, lançou um repto aos Fajoenses, às pessoas de cultura, às pessoas com responsabilidades sociais, às forças vivas da freguesia de Fajões, para que deponham as armas tal qual o Senhor Presidente da Mesa citou. Fui concorrente a ser Presidente da Junta, as bandeiras já foram colocadas na prateleira. Senhor Presidente da Assembleia tem o meu total apoio.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Augusto Moreira, Presidente da Junta de Freguesia de Cesar.* =====

===== *Boa noite a todos. Senhor Presidente da Assembleia, Mesa da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros Colegas, Presidentes de Junta, público em geral. Também não era para dizer nada mas, como estive presente no referido almoço, não me recordei palavra por palavra do que lá foi dito. Mas aquilo que lá foi dito, foi uma intervenção no sentido de dar como exemplo a Banda de Música de Fajões para os Fajoenses se unirem em sentido de uma causa, inclusive o discurso foi aplaudido por quase todos de pé. É só isso que tenho a dizer e o Senhor Presidente da Assembleia tem o meu total apoio. Muito obrigado.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Dr. António Rosa, do PSD.* =====

===== *Eu gostaria apenas, só, de procurar naturalmente desfazer aquilo que creio ser um equívoco na interpretação dada pelo Partido Socialista, na pessoa do Dr. Carlos Afonso, a esta nossa proposta, a esta nossa reflexão. Efetivamente o episódio que aqui foi relatado, é o mote, é uma justificação, é uma razão entre outras que poderíamos designar. A preocupação que aqui foi apresentada por mim é bem muito mais profunda que isso que é a importância que temos também em, pela nossa atitude, pela atitude da Assembleia Municipal tomar uma posição de princípio positiva, como não poderia ser de outra forma, no sentido de salvuardarmos aquilo que é, que não é nosso sequer, não é de cada um de nós, de um órgão que é a Assembleia Municipal que é tão-somente o Órgão de maior representatividade do Município de Oliveira de*

Azeméis. E deixa-lo exposto de forma passiva a qualquer tipo de atitude que possa marcar, hoje, o Dr. Jorge Oliveira e Silva, amanhã, o Secretário que representa a Assembleia Municipal ou qualquer um de nós numa qualquer ação em representação do órgão. Eu creio que absolutamente elementar que perante esta sucessão de factos a Assembleia Municipal tome uma posição e é esta proposta que aqui está. Não há aqui qualquer propósito de ressuscitar o quer que seja. Não há aqui uma discussão política, porque essa de facto foi tratada em fórum própria. O que há aqui é uma posição a tomar por nós, proposta por nós, para que tomemos em conjunto relativamente ao órgão que hoje, em 2013, somos nós que representamos, mas que daqui a cinco, a dez, ou quinze anos serão outros Oliveirenses que representarão este Órgão e seguramente que olharão para trás para este episódio por exemplo e se nada fizermos seguramente não ficaremos bem na fotografia. É este o nosso propósito, é este o nosso princípio.

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Amaro Simões, Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque. =====

===== Boa tarde, Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros Colegas, imprensa. Para que não haja equívocos, eu concordo profundamente com as conclusões a que estamos a chegar. E ainda mais, eu estendia esta preocupação a tudo, inclusivamente nas campanhas. Porque eu estou em carne viva com uma situação que se passou, que o Senhor Presidente não teve o cuidado e porque não se deve dizer mal do Presidente da Assembleia também não se deve dizer mal dos Presidentes de Junta nas freguesias e o Senhor Presidente sabe que eu estou em carne viva com esta situação, porque as pessoas que o ouviram em S. Roque também não gostaram. Desculpem lá estar a particularizar isto. Mas, eu voto a favor 100%, desde que seja sempre e temos de ter cuidado, sempre. Porque isto depois: Semeamos ventos colhemos tempestades. E eu nunca imaginava associar a uma situação destas e mais, gostava que o Dr. António Rosa quando disse: “subscrito por uma determinada força política”, quem leu ficava a saber que se calhar foi o Partido Socialista esse comunicado. Mas, não foi. Foi gente que se intitulou e que acompanhou, podia estar ou não estar no jantar. Mas intitulou-se: membros do PSD. Acho que devemos ser concretos. Porque as pessoas ficaram assim um bocado na dúvida. Senhor Presidente, eu subscrevo, mas, sempre, este respeito deve ser sempre. Sempre. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra para dizer: =====

===== Só para fazer uma correção. Senhor Presidente da Junta o Senhor nunca ouviu o Presidente da Assembleia Municipal em funções de Presidente da Assembleia Municipal desrespeitar, antes pelo contrário, quem quer que fosse muito menos o Senhor como Presidente da Junta do qual eu tenho muito respeito como tenho igualmente por todos, independentemente da sua cor política ou partidária. Eu como fiz referência no manifesto eleitoral, e não precisava

de ser tão deselegante como o líder da sua bancada na tomada de posse, eu seguirei, e não preciso de espíritos santos de orelha, até ao fim letra por letra aquilo que disse. E o que eu disse: É que, exerceria o cargo com independência e a dignidade que o cargo exige, independentemente de cores partidárias e é nessa aposta e foi essa aposta que eu fiz com os Oliveirenses e comigo e não preciso que me andem sempre a atirar isso. Quando eu tiver desvios: Agradeço que mos digam – ao Presidente da Assembleia Municipal. Mas, como sou uma pessoa correta, eu, antes de ser Presidente da Assembleia Municipal, fui candidato pelo PSD à presidência deste Órgão. E num comício, em S. Roque, referi-me ao Presidente da Junta de Freguesia em termos que o Senhor não gostou. Quero-lhe dizer que os termos, ou da maneira que eu me referi foi: - Que não percebi. Mas isso estava a falar o cidadão Jorge Oliveira e Silva e não era o Presidente da Assembleia Municipal. O cidadão Jorge Oliveira e Silva estava, como candidato, a dizer que não tinha percebido: - Como é que se consegue abster aqui numa votação sobre a água e o saneamento e passados uns dias, numa entrevista a um órgão local teria dito que a proposta do PSD sobre a água e o saneamento não tinha o seu acolhimento favorável -, portanto foi isso que eu disse. Penso que não o feri na sua dignidade, mas era uma coisa que gostava de perceber, mas, pronto, foi isso que eu disse única e exclusivamente. Agora, se senti ferido, eu também sou completamente humilde para lhe pedir desculpas porque eu não o queria ferir. Só queria perceber. Agora, sou pessoa, e toda a gente me conhece, suficientemente humilde porque sem intenção se o feri na sua dignidade eu peço-lhe desculpas publicamente. Agora, como Presidente da Assembleia Municipal, nunca ninguém, ou em representação da Assembleia Municipal nunca ninguém me ouviu faltar à verdade e à dignidade que este cargo merece e exige. Eu, se calhar, vou-me pronunciar sobre este caso no fim das intervenções, para que fique claro, porque realmente a ser verdade uma coisa daquelas, eu só tinha que me demitir e já não estava aqui. E para isso, quero lembrar, até porque o Senhor Dr. Carlos Afonso vai usar da palavra, que passado uns dias de isto ser publicado o informei da minha verdade. Tínhamos proximamente uma Assembleia Municipal Extraordinária e, depois de falar com ele, acedi a não trazer o problema e não é pelo cidadão Jorge Oliveira e Silva, porque o cidadão Jorge Oliveira e Silva resolve este problema nos sítios certos, é por ser Presidente de um Órgão que eu quero digno e que tem direito à verdade. E disse ao Dr. Carlos Afonso, líder do Partido Socialista, que ainda faltava um mês e que com certeza ele tinha amigos ou conhecidos que estivessem estado nesse almoço e para indagar, para poder julgar aqui com verdade, porque o que me aconteceu a mim acontece a um de vocês ou a qualquer um. Agora, o que eu só lamento é que as pessoas que fizeram este comunicado estavam presentes no almoço, mas não subscreveram o comunicado, puseram pessoas que nunca estiveram nesse almoço, usaram o nome do PSD e puseram essas pessoas a assinar um comunicado que nem a ler lhes deram. Aquele comunicado, não tem uma coisa de verdade, do princípio ao fim: Nem eu cheguei atrasado; Nem conheço o CDS de Fajões; Nem preciso de guarda-costas, nunca precisei. Senhor Ramos, é verdade, escusa de estar aí com esse biquinho do costume, mas é verdade. Aquilo, é tudo mentira, é tudo falsidade. E as pessoas que fizeram isso, todos conhecemos,

repto, para pedir desculpa ao, na altura cidadão e candidato, Armindo Nunes pelas afirmações que proferiu numa das freguesias da União das Freguesias do Pinheiro da Bemposta, acerca do trabalho desenvolvido pelo então Presidente da Junta. Portanto, acho que não foram palavras elegantes, nem em campanha, nem em qualquer outro lugar, porque o trabalho da pessoa em questão não se revia naquilo que tinha sido dito. Depois, há aqui outro pormenor: Certamente, então, tínhamos que lavrar aqui votos de repúdio, por tudo e por nada. Porque nas redes sociais, facebook e outra mais, Twitter e outras redes sociais também há lá comentários uns contra os outros, coisas menos elegantes que, no segredo e no anonimato, muitas das vezes são proferidas, não obstante muitas das vezes nós sabermos quem é que está por detrás. Portanto temos aqui esse ponto. E depois também há aqui a questão do respeito. O respeito, nesta Assembleia, deve começar pelo nosso Presidente da Mesa. E eu recorde, ainda hoje mesmo ouvimos aqui o Senhor Presidente fazer alusão ao biquinho do Senhor Ramoa. Portanto, eu não vi. Fez alusão ao biquinho, à expressão. São questões que o Senhor Presidente deve-se controlar um bocadinho. Recordava também, há duas ou três Assembleias atrás o Senhor Presidente disse por duas ou três vezes ao Senhor Deputado Carlos Afonso: - “Oh Senhor Carlos, venha amanhã ao meu consultório, o Senhor não está bem”. Isso não fica bem. Quem anda à chuva molha-se. O Senhor Presidente é o garante, é um elemento neutral e deve-se conter nestas questões. Eu não quero aqui ofender, simplesmente, acho que não estou a dizer mentira nenhuma. Se estiver a dizer alguma mentira, que me corrija, por favor, mas esta é a única verdade que aqui tenho dito. Portanto, peço desculpa mas, é pertinente esta questão, foram coisas desagradáveis, mas, é algo do foro interno do Partido Social Democrata e, obviamente, que tem de ser resolvido nos sítios certos. Obrigado.=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado Carlos Afonso, do PS. =====

===== Para dizer que, efetivamente, tive uma conversa com o Dr. Jorge Oliveira e Siva, uma conversa em off, mas se a quer trazer aqui para a Assembleia vamos então ser corretos e dizer a conversa que tivemos. A conversa que tivemos foi no sentido de que, se não houvesse mais resposta a seguir ao comunicado do PSD, era assunto enterrado. E o Senhor Dr. disse: - Pois, se continuarem a alimentar isto, isto pode de facto descambar eternamente. O que está aqui a ser trazido e o que pretende o PSD é esconder um problema interno. E disse-lho e continuo a achar que é um problema interno. É inadmissível efetivamente, se se ler a carta, a carta é um ataque pessoal, ao Presidente Jorge Oliveira e Silva, não é à Assembleia Municipal. É à pessoa, ao Presidente, ao Presidente Jorge Oliveira e Silva, não é à Assembleia Municipal. E é neste sentido que, entendo que, a Assembleia Municipal não deve ser questionada sobre algo para a qual nenhum de nós esteve presente à exceção do Presidente da Junta de Fajões e do Presidente da Junta de Cesar que disseram que estiveram presentes e do Senhor Presidente da Câmara, nenhum dos outros esteve presente. A Assembleia Municipal não é um tribunal em que

se tem de apurara a verdade quem disse a, ou quem disse b. Quem mentiu, ou quem disse a verdade. Neste momento existe, uma verdade, a verdade do Dr. Jorge que disse que não disse e existe uma outra verdade de meia dúzia de subscritores de um texto que diz que ele disse. E portanto, é assim: Tribunal, não somos. E portanto o Partido Socialista não vai embarcar em escolher a mão direita ou a mão esquerda para punir ou abençoar este episódio relatado nos jornais. Portanto, para se apurar a verdade os tribunais estão aí. E eu entendo que, Jorge Oliveira e Silva, deve instaurar um processo-crime contra os subscritores da carta. E então, aí sim, depois de apurada a verdade, nos devemos pronunciar. Neste momento existe efetivamente duas verdades: a que o Dr. Jorge veio agora aqui dizer e aquela que consta dos jornais. Para mim, é igual. A única coisa que entendo é que, devemos ter algum cuidado na forma como vamos para o futuro manter este tipo de postura. O Partido Socialista vai-se reservar o direito de tomar uma posição, relativamente a esta moção de repúdio, porque entende que esta Assembleia não é o local próprio para se decidir a verdade do que se passou ou não passou nesse evento. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado António Rosa, do PSD. =====

===== Eu vou tentar dizer uma vez mais aquilo que já procurei dizer há pouco, mas percebi que não foi corretamente interpretado ou fui simplesmente ignorado. Se calhar estou mais por esta segunda. Propósito da Bancada do PSD e o meu propósito particular, no ponto que aqui coloco à votação, é a dignificação da Assembleia Municipal enquanto Órgão (ponto). Se, por ventura, a Bancada do PS quiser votar uma proposta diferente e discutir a verdade do episódio de Fajões? Façam favor e poderemos colocar à discussão. Eu, aqui, referi-me de facto a este episódio e aproveitava até aquele bocadinho que disse há bocado o deputado José Lourenço e de facto, são muitas outras, ou podem ser muitas outras as situações dignas do nosso repúdio. Aliás, eu fiz esse desígnio também, nomeadamente nas redes sociais, por exemplo. Sobretudo que não nos passe pela cabeça sermos nós próprios membros da Assembleia Municipal a alimentar esses tipos de atitudes. Correto? Agora, aquilo que eu quero dizer aqui é que, e por isso até pedi para ser fiel, provavelmente estavam cansados já de me ouvir há pouco e não ouviram a proposta. A proposta que estamos aqui a propor à votação não é, por tomarmos parte de uma verdade ou outra verdade relativamente a um qualquer episódio. A proposta que aqui estamos a apresentar é, (cito de novo): “A Bancada do PSD propõe um voto de repúdio por todas e quaisquer ações atentatórias da dignidade e do bom nome dos órgãos autárquicos de Oliveira de Azeméis”. Esta é a preocupação, que nos faz trazer aqui este ponto, é que nós marquemos uma posição de princípio de salvaguarda desta posição. Contrariamente ao que diz o Dr. Carlos Afonso, eu acho que não temos de ter receio nenhum de termos esta atitude, pelo contrário, acho é que ela nos trás é mais responsabilidade a todos de facto porque estamos a exprimir e a explicitar um compromisso também de sermos dignos detentores do mandato que

aqui estamos a exercer. Isso sim, eu creio que é aquilo que é a nossa missão. Por favor, não levemos a discussão para um patamar que nos faça não sermos merecedores desta dignidade. =

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado Bruno Aragão, do PS. =====

===== Senhor Presidente, muito obrigado. Os meus votos de boas festas, para toda a gente. Pese embora a emoção que estas coisas muitas vezes geram, o que me apraz dizer, muito sinceramente, é: a montanha pariu um rato. Não comungo como ninguém comungará com o tom deselegante daquela carta aberta, mas na verdade também já ninguém se lembrava dela. Não comungo e muita gente também não comungará com o tom absolutamente laudatório da intervenção inicial. Senhor Presidente é extemporâneo um voto de repúdio sobre posturas democráticas. É aliás e desculpe dizer-lhe, não é uma atitude positiva nem se faz democracia com votos de repúdio. Não se diz a ninguém que, o que não deve ou deve fazer. Independentemente de concordarmos, ou não, com aquela postura. É extemporâneo. É despropósito. Tenho dificuldade em justificar quando sair daqui, independentemente das opiniões que defendermos noutros assuntos, o tempo que perdemos com uma coisa que já ninguém se lembrava. Essa é a verdade. Peço, aliás, Senhor Presidente, que nos pontos que vamos discutir, sobretudo nos pontos muito importantes para o concelho, na segunda-feira, tenha a mesma paciência para o tempo que poderemos gastar nessas discussões. Aquilo que eu gostaria de pedir muito sinceramente é que, esta questão pudesse ser retirada, que até pudesse ser pensada de outra forma, mas não acho que é um bom sinal enquanto eleitos fazermos um voto de repúdio sobre comportamentos, como disse, ficam no abstrato, podem acontecer, independentemente de comungarmos ou não comungarmos com eles. Isto era o apelo que eu fazia, até para os ânimos serenarem, Senhor Presidente e ficarmos por aqui e encerrarmos esta questão. Muito obrigado. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Muito boa tarde a todos. Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia, estimado público, comunicação social. Tal como o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fajões, já disse que esteve presente no almoço da Banda e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cesar, eu próprio também estive enquanto Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis. Ou seja, os convites que são feitos, não é ao Jorge Oliveira e Silva, nem ao Hermínio Loureiro, é ao Presidente da Câmara Municipal, quando pode vai, quando não pode delega essa função ou num Senhor Vereador ou noutro qualquer representante e portanto nós estamos ali do

ponto de vista institucional e não estamos ali do ponto de vista pessoal. Julgo que, ninguém tem dúvidas, relativamente a essa matéria. Depois há três planos que eu já vi abordados aqui nesta discussão deste voto de repúdio: Um, que é o plano partidário; Outro, que é o plano político e outro, que é o plano judicial. O plano partidário não é para aqui chamado, porque as questões partidárias nós resolvemo-las cada um nos seus partidos, no seio dos seus partidos e portanto é um assunto interno de cada partido, como disse e bem o Dr. Carlos Afonso. Só que, isto, meu caro Dr. Carlos Afonso, não é uma questão partidária. E as questões judiciais, nós resolvemo-las também nos tribunais, naturalmente. O que está aqui em causa é a questão de princípio é a questão política. E é evidente que isto é uma questão política. É que, no exercício da função, enquanto titular de um órgão que queremos todos prestigiar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi, passado uma semana ou passados uns dias de ter estado num almoço em Fajões, atacado cobardemente e com mentiras. O Senhor Dr. Carlos Afonso diz: - “É a verdade do Senhor Dr. Jorge contra a outra verdade”. Não. É a verdade do Dr. Jorge, é a verdade do Jorge Paiva, é a verdade do Augusto, é a verdade do Presidente da Câmara e é a verdade das quatrocentas pessoas menos duas que lá estiveram. E portanto, esta é uma questão política. E portanto, seguramente que as pessoas estão todas à vontade, vivemos em democracia para tomar decisões políticas e portanto, não vem mal nenhum ao mundo que haja divergências na apreciação do voto, não tem mal nenhum. Eu concordo com o Dr. Carlos Afonso, quando ele diz: - “Há questões que se tratam nos tribunais”. É evidente. Isso, nenhum de nós tem dúvidas. Agora, não vamos confundir a árvore com a floresta, nem vamos trazer para aqui a campanha eleitoral, a campanha eleitoral já acabou, isto já não é campanha eleitoral, isto é do ponto de vista institucional, a campanha eleitoral já terminou. O que está aqui em causa são as instituições. E quando nós estamos aqui discutir a questão de princípio e eu acho que na questão de princípio, não é acho, eu tenho a certeza absoluta que estamos todos de acordo, se nós optarmos pelas questões de princípio estamos todos de acordo nesta situação. Depois, há é a apreciação. Aí, podemos já não estar de acordo. Mas, ninguém se vai zangar, relativamente a essa matéria. Porque naturalmente ninguém trás para aqui, em sede de Assembleia Municipal, questões de partidárias nem questões que se passam nas redes sociais. Nas redes sociais não está lá o Presidente da Assembleia Municipal, pode, quando muito, estar o cidadão Jorge Oliveira e Silva, o Presidente da Câmara não está lá, está lá o Hermínio Loureiro, o Vereador Hélder Simões não está lá, esta lá o Hélder Simões, como os Membros da Assembleia Municipal, como os senhores Presidentes de Junta não estão lá a representar a freguesia. É uma opção individual. Não vamos confundir as coisas. O que aqui está em causa é que, existiu uma posição que não é uma posição correta. O Senhor Presidente do Assembleia Municipal foi atacado, ninguém tem dúvidas. Aliás, o Dr. Carlos Afonso também diz e é verdade que foi atacado. Porque aquela carta ataca o Senhor Presidente da Assembleia Municipal. E aqui, é sabermos se nós devemos ou não devemos reagir, no início do mandato autárquico, no plano dos princípios. É só isso, não é mais nada. Não vamos estar aqui a julgar quem é que falou bem, quem é que falou mal. Eu sei o que é que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse,

porque ouvi, mas é verdade que os Senhores não ouviram. E também é verdade que isto não foi noticiado na comunicação social, não houve relato daquilo que lá se passou. Mas houve depois uma carta ao Senhor Diretor do jornal que é uma carta que não é correta, porque usa terminologia e faz alusão, até faz alusão a situações, veja bem Dr. Carlos Afonso, peço desculpa, não quero estar a particularizar, eu compreendi no plano judicial ainda por cima sendo advogado, eu compreendi, mas a própria carta ao diretor faz alusão, a pessoas que infelizmente já morreram e coisas completamente falsas, mas falsas mesmo. A pessoa que já morreu, não pode, infelizmente, cá vir dizer. Mas se calhar há pessoas que até podem dizer. Isto é sério de mais. Eu acho que nós não devíamos facilitar relativamente a esta matéria e eu só queria dar este meu testemunho porque estive lá. Estive lá. Também falei. Até me admira porque é que eu não levo lá “cacetada” naquela carta, não sei, a escolha foi outra. Mas, Dr. Carlos Afonso, sabe porque é que eu a dizer isto? Sabe porquê? E eu compreendo o aceno de cabeça. Sabe porquê? Porque, ontem foi o Dr. Jorge, hoje pode ser o Eng. Pinto Moreira e amanhã pode ser você. E se nós tivermos uma posição no plano dos princípios, temos o problema resolvido, não voltamos a ter este tipo de discussões. Porque esta é uma matéria que nos une e é uma matéria que nos divide. Depois a questão judicial, isso já é outra coisa. E as questões partidárias já são outras coisas. Nós estamos só numa questão de princípio. Eu peço desculpa, Senhor Presidente, não queria alongar-me relativamente a esta matéria e acho que demos aqui um bom exemplo de civismo e de cidadania na discussão, sem preconceitos de matéria tão séria, tão delicada mas que o fizemos de forma altamente elevada e cada um votará de acordo com a sua consciência, ninguém se zanga como é evidente. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado Carlos Afonso, do PS. =====

===== Se o PSD retirar os considerandos, todos, alusivos aquela situação e se ficarmos pela proposta b, do voto repúdio: – “por todas e quaisquer ações atentatórias da dignidade e do bom nome dos órgãos autárquicos de Oliveira de Azeméis e dos seus titulares”. O PS, não tem nada a opor e acho que nem o CDS se devia opor a isto. Agora, acho que, é fundamental é tirar os considerandos. Pegar neste episódio e depois vir por ali abaixo, parece que isso é que é o resultado para depois chegarmos aqui. Este é o princípio que efetivamente não deve haver: - Ações atentatórias contra a dignidade dos Órgãos (Assembleia), de todos. Portanto, eu acho que isto não deve ser do PSD, acho que deve ser de todas as bancadas. Mas, afastar todos os considerandos para cima. “Damos a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”, portanto, damos aos tribunais o que os tribunais hão-de averiguar. E o resto? Estamos aqui nós. Isso, o Partido Socialista, para esta causa, aceita, porque efetivamente esse é que é o princípio. E acho que, aqui, não deve ser o PSD, devem ser todas as forças partidárias que devemos pugnar por isto. Agora, vamos eliminar o resto dos considerandos. =====

===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi dito:*=====

===== *Eu pedia, então, aos líderes de Bancada para se pronunciarem sobre esta proposta e sobre a chegada do Dr. Carlos Afonso.* =====

===== *Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado António Rosa, do PSD.* =====

===== *Creio que, depois de toda a discussão de facto e de debate sobre a questão, estamos plenamente de acordo. Deixem-me só também fazer uma clarificação. Uma coisa foi a minha intervenção, que não faz parte do voto, Outra coisa é o voto que consta, que é isso que colocamos à consideração. Se o Partido Socialista se pretende associar ao voto, não vem nenhum mal ao mundo, podemos perfeitamente assumir todos e portanto não assumir a paternidade voto e assumi-lo como sendo uma proposta que todos aprovamos, não vemos nenhum mal nisso. Os considerandos que constam neste voto de repúdio não fazem qualquer referência a nenhum episódio, fazem sim à questão de princípio que aqui foi referida. Portanto creio que estamos todos de acordo em relação a isso.* =====

===== *Seguidamente, o senhor Presidente da Assembleia apresentou a seguinte proposta, subscrita pelos líderes das Bancadas do PSD, PS e CDS/PP:*=====

===== *“Voto de Repúdio. O poder autárquico exerceu ao longo dos últimos 37 anos um papel de enorme importância como factor de estabilidade no regime político e de alavancagem do desenvolvimento económico do País. O exercício autárquico é, por isso, credor do respeito e da dignidade próprias da nobreza subjacente à missão de servir a comunidade. Aos atores autárquicos é exigida uma atitude, competente e esforçada no exercício do seu mandato, e imaculada quanto à honestidade e dignidade. Aos cidadãos representados é reservado o direito inalienável de escolher, de participar civicamente, de reivindicar e de acompanhar ativamente a ação dos órgãos municipais, sendo normal e desejável que se manifestem quanto às suas aspirações e insatisfações. A todos é exigido o respeito inalienável pelas instituições autárquicas e pela Verdade. No atual contexto socio - económico depressivo, que por si só contribui para um sentimento generalizado de descrença e frustração, facilmente personificadas nos atores políticos, a preservação da imagem das instituições e dos seus dignos representantes é particularmente pertinente. Assim, as Bancadas representadas nesta Assembleia propõem: Voto de repúdio por todas a e quaisquer acções atentatórias da dignidade e do bom nome dos órgãos autárquicos de Oliveira de Azeméis e dos seus titulares.” Assinam os três líderes de Bancada.*=

===== *Colocado à votação o voto de repúdio apresentado, foi o mesmo aprovado por maioria, registando-se uma abstenção do Senhor José Lourenço (PS).* =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado José Soares, do PS. =====

===== Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros Deputados, público, comunicação social. Foi inaugurado recentemente no Parque do Cercal a Escola Superior Aveiro-Norte uma inauguração que, embora com dois anos de atraso em relação á data anunciada pelo Senhor Presidente da Câmara, era por todos esperada. Este Pólo da Universidade de Aveiro pretende, segundo o seu Reitor, perseguir objetivos relacionados com qualificação do emprego, do empreendedorismo, a inovação e a incubação de empresas. Conceitos como criatividade, investigação, desenvolvimento tecnológico e competitividade, interligando o ensino e o tecido empresarial, surgem associados a este Campus cujo processo de instalação remonta há quinze anos, atravessando os mandatos de Ângelo Azevedo e Ápio Assunção, a partir de uma opção estratégica da Universidade de Aveiro e saliento neste contexto a Ex-reitora - Helena Nazaré e posteriormente o empenho do Ex-reitor - Júlio Pedrosa a opção que passava pela construção de duas escolas superiores, privilegiando cursos de carácter profissionalizante, uma a norte e outra a sul do distrito a atual Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda. A substancial participação por fundos comunitários deste tipo de obras, da ordem dos 85%, enfatiza a importância da construção desta escola, não devendo, como é óbvio, a autarquia encerrar as suas responsabilidades com esta inauguração. Saiba o Município no futuro, através de identificação, nomeadamente, das necessidades do mercado de trabalho, identificação que é a dinâmica e não estática devido à evolução contínua do conhecimento e dos ciclos económicos, fixar os jovens no concelho. Faixa etária que regista uma taxa de desemprego muito preocupante em Portugal e um êxodo de que o País se vai ressentir seguramente. Saiba o Município incentivar e premiar o risco de desafios inovadores, apoiando a incubação de empresas de base tecnológica e criativa e fomentando a economia de conhecimento. Saiba o Município estar atento aos processos de investigação que, mesmo sendo morosos, são fundamentais à concretização de produtos e serviços de grande valor acrescentado. Saiba o Município, em diálogo com a Universidade, propor, a criação, até de novas licenciaturas, que possam potenciar a interligação com o tecido empresarial diversificando possibilidades. Saiba o Município promover um constante diálogo com as empresas e o mundo académico, no sentido de explorar todas as vias que a economia do conhecimento gera sendo esta inultrapassável no contexto dos dias em que vivemos. A inauguração deste espaço trás responsabilidades acrescidas à autarquia que tem que saber criar condições para fixar os quadros que aqui vamos formar. É pois importante que, comecemos a criar condições de atratividade no concelho, para a fixação destes jovens, para que aqui construam não só o seu percurso académico mas também o seu percurso profissional e de vida. A requalificação dos equipamentos, espaços públicos a regeneração e requalificação urbana, o ordenamento do território, a preservação do ambiente e

do património, a dotação do concelho com infraestruturas básicas que faltam, os aspetos culturais são apenas alguns domínios que temos de abraçar com determinação nos próximos anos para que este investimento público seja completamente rentabilizado. Da parte do Partido Socialista, fica a vontade, fica a disponibilidade para trabalharmos em conjunto para que este equipamento seja um Pólo de formação e qualificação dos jovens que reforce a competitividade no nosso concelho num quadro de afirmação regional, nacional e até internacional. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado Carlos Costa Gomes, do PSD. =====

===== Boa tarde a todos. Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara e Vereadores, caros colegas. Eu ia centrar a minha intervenção no plano social e cultural e registar aqui alguns acontecimentos que nos últimos tempos marcaram atividade social e cultural do concelho de Oliveira de Azeméis. Vivemos hoje, que certamente por vós conhecido, o centenário do nascimento da pintura e esposa de Ferreira de Castro, Helena Muriel. Celebramos também há pouco tempo o sexto aniversário da Biblioteca Ferreira de Castro. A Banda de Pinheiro da Bemposta celebrou também recentemente os seus cento e trinta e dois anos de existência. Ainda no último sábado o Caracas, uma exposição patente sobre a sua história, celebrou também quarenta e cinco anos e por aquilo que nós temos apercebido ao longo destes anos tem tido uma atividade intensa ao nível cultural e social, a sua programação tem sido extensa e intensa. E também, gostaria de chamar aqui também, os trinta e cinco anos celebrados pelo Grupo Fersil uma grande empresa do concelho de Oliveira de Azeméis que muito tem dignificado o país ao nível nacional mas também ao nível internacional. E por último gostaria de chamar atenção também para a atividade de um médico, Dr. Praça Vasconcelos, que, completou cinquenta anos de atividade médica, ainda em exercício e que em boa hora a Associação Cultural de Cesar – Villa Cesari lhe dedicou o prémio carreira. Portanto, depois de um breve apontamento sobre estas efeméridas e de facto sobre aquilo que se faz de bom também ao nível de concelho, eu começaria por dizer que: Se nós olharmos o boletim que saiu recentemente da Câmara Municipal e se olharmos atentamente para as páginas 8 e 9, desse mesmo boletim, nós vemos a atividade intensa ao nível da Ação Social e portanto que, este Município também tem essa perspectiva e muita da sua tónica assenta neste período em que vivemos de alguma austeridade e dificuldades, basta reler, basta ver toda esta informação e também na página 14, se estivermos mais ou menos atentos, vemos esses números que é importante também refletir. Relativamente ao centenário do nascimento de Helena Muriel, eu gostaria de referir, não vou estar aqui a ler a história como sabem mas, ela nasceu a 27 de dezembro de 1913, em Espanha, e celebramos hoje e a Câmara celebrou a efemérida, hoje, no dia do seu nascimento. Uma vida entregue às Artes, a primeira à pintura e depois a segunda por arrasto à literatura. Veio a interessar-se por casamento, como sabem, com o escritor oliveirense

que com ele casou em 38, ele com 40 anos de idade, ela ainda muito jovem com 25. Aliás, a história é caricata e portanto só casaram depois alguns anos em Paris, porque, fugira de Espanha da guerra civil e de uma família também tradicional teve que em Paris fazer o enlace matrimonial. A vida não foi fácil para esta senhora, saiu de Espanha em plena guerra civil, veio viver para Cascais lá conheceu Ferreira de Castro e com ele casou. Foi companheira inseparável do marido durante 39 anos. Quando ela não se entregava às artes plásticas entregava-se á literatura. Aliás, um retrato e uma tela pintada por ela, reflete muito bem a escola de Ossela. Só para vos dizer a representação dessa tela: O óleo que representa a escola de Ossela, concelho de Oliveira de Azeméis, terra natal do escritor, trata de uma casa de aspeto rústico, cor branca, á frente vemos o espaço interior fechado com muro que será uma zona de recreio, nesse muro existe um portão que está aberto e do qual sai para a rua um conjunto de crianças, cá fora, na rua, parte das copas das árvores, mas o conjunto de crianças é o próprio Ferreira de Castro nas várias situações da vida. E para assinalar este acontecimento, a Câmara, muito bem, através do seu pelouro da cultura pensa assinalar esta efeméride com o prémio “Helena Muriel - pintura 2014”. Senhor Presidente, Senhora Vereador, penso que é uma boa iniciativa e que terá todo o apoio da nossa parte e creio que de todos os que estão aqui presentes. Eu referi-me há pouco à Biblioteca Municipal Ferreira de Castro que comemora 6 anos de atividade celebrados no dia 14. Só para vos dar os números: A Biblioteca Ferreira de Castro, tem neste momento 225000 utilizadores; Tem 50866 títulos na sua base de dados, suporte de áudio, vídeo e livros; Tem ao nível de empréstimo domiciliário mais de 88000 empréstimos facultados; Tem cerca de 150 visitas diárias. Cumpre, no nosso entender, enquanto membros desta sociedade que cremos participativa, a sua missão de que é promover a leitura a elevação intelectual dos Oliveirenses a sua formação cultural e promove de todas as outras formas a ocupação de tempos livres e lazer. Parabéns a toda a equipa da Biblioteca Ferreira de Castro e ao seu executivo por esta realidade concreta. Falamos de números concretos, que é neste momento a utilização da Biblioteca. Como já referi, o Caracas celebra os seus 45 anos e portanto, no sábado passado brindou-nos com um belíssimo momento musical, não só pela banda dos Rangers, mas também pela exposição que podemos ver e que está patente sobre os 45 anos de história. Por fim, também gostaria de salientar o Grupo Fersil, uma empresa do concelho de Oliveira de Azeméis, que é atualmente uma marca de qualidade e inovação mas também de ética ao nível dos países que comercializa e a sua gama de produtos. Grupo Fersil, com sede social no nordeste do concelho em Cesar, estendeu a sua ação a novos mercados, hoje tem um capital de faturação de cento e vinte milhões de dólares anuais. Portanto, é uma empresa que muito deve dizer a este concelho e certamente que ao executivo muito também agrada ter empresas desta dimensão ao nível local. Se inovar, com diz, é ver primeiro. Dinamizar o crescimento e o desenvolvimento sustentável na empresa como é o Grupo Fersil, para além de ver primeiro, é aliar a competência ao caráter, é uma gestão competitiva e cooperativa. Só para vos dar uns números reais desta empresa, ela tem uma média salarial por operário de 1.400,00€ mensais e tem um movimento na ordem dos 33 milhões de euros por ano

uma atividade que muito ajuda a economia local, Senhor Presidente e que neste período de austeridade muito representa para o concelho de Oliveira de Azeméis. Para assinalar esta efeméride esta empresa também se aliou à cultura e à arte convidando, como no passado já fez em Angola, o artista Paulo Neves do concelho de Oliveira de Azeméis para corporizar, digamos, a história desta empresa criando uma escultura em que o artista intitulou de “Mãos”, para personificar cada pessoa que ali trabalha e que ajudou a construir a história da Fersil. Era só esta nota que gostaria de deixar ao nível desta empresa que muito, certamente, ajuda o concelho, que todos aqui presentes devem conhecer. Finalmente, Senhor Presidente se me dá mais um minuto, gostaria de chamara atenção e gostaria de evocar aqui o Dr. Vasconcelos, António Vasconcelos, de Cesar, que, foi homenageado recentemente no dia 12 de outubro, com o prémio “Carreira”. Um prémio que atribuído pela Associação Villa Cesari, uma associação Cesareense e que em boa hora definiu como lema também da sua atividade cultural também distinguir aquelas pessoas que marcam positivamente o seu percurso de vida, a sua atividade quer ao nível social, cultural e profissional. E de facto, o Dr. Vasconcelos é uma pessoa que reúne, certamente muitos de vós conhecereis esta personalidade, é uma pessoa que reúne em si características ímpares, no nosso modo de ver, ao nível da medicina e clínica geral, ao nível da sua ação social e solidariedade e também ao nível das várias colaborações que teve com entidades locais, mas também com a própria igreja local. O Dr. Vasconcelos licenciado em medicina pela faculdade do Porto, terminou o curso em 16 de outubro de 63, a sua tese de licenciatura com a classificação de dezoito valores e com a média geral de curso de dezasseis valores. Na sequência da sua conclusão, estamos a falar de há 50 anos, a freguesia de Cesar, então aldeia, fez-lhe uma festa e recebeu-o com foguetes e grande manifestação de regozijo a entrada do primeiro médico em Cesar – o Senhor Dr. E portanto, foi uma acto que marcou muito este médico que, desde então, exerceu medicina em Cesar e mais tarde viria a (em 68) abrir um consultório em S. João da Madeira, mas exerceu medicina em Cesar a muitos com consultas gratuitas (sem levar um tostão) e, acolheu dezenas, centenas, para não dizer de partos. Não era a primeira, nem a segunda, nem a terceira vez que várias vezes por dia se ausentava de casa às tantas horas da noite, para acolher pessoas doentes, ainda hoje faz, apesar de a sua idade já ser avançada. Mas também a título particular ele chegou a exercer a função de Subdelegado de Saúde do concelho de Oliveira de Azeméis e portanto foi delegado municipal na ausência do Dr. Domingos Delgado tendo-lhe sido conferido o diploma municipal. Portanto, além da sua atividade médica, além dos seus 50 anos da atividade médica, ele ainda acompanhou, foi membro fundador do Centro Social de Cesar, acompanhou o Futebol Clube Cesareense com a medicina desportiva, é socio fundador da Associação Villa Cesari e depois tem uma vasta colaboração nos movimentos paroquiais e eclesiais. Portanto, sem me querer demorar muito nesta minha intervenção, mas penso que são poucas as palavras para definir a personalidade e, creio também partilharem comigo esta personalidade impar na sociedade Oliveirense, eu ia propor a esta Assembleia: Pelos 50 anos de atividade médica e ainda em exercício e por tudo aquilo que ele representa não só para a comunidade Cesareense, mas

também para comunidade Oliveirense e não só, um voto de louvor pelo exercício de 50 anos da atividade de medicina clínica. E, entrego este folheto ao Senhor Presidente da Assembleia, como proposta formal deste ato. Obrigado. =====

===== Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o voto de louvor apresentado, o qual foi aprovado por unanimidade. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado António Cruz, do PSD. =====

===== Boa tarde. Saúdo, o Senhor Presidente da Assembleia, os Senhores Secretários e todos os Eleitos do Órgão, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes das Uniões das Freguesias e das Freguesias, os funcionários da Autarquia, a comunicação social, os Oliveirenses presentes. As dificuldades económicas, a burocracia organizacional, os requisitos ou impedimentos legais e a escassez de profissionais, não deveriam ser entraves no acesso aos cuidados de saúde básicos e de proximidade. O Ministério da Saúde, na Portaria n.º 1529/2008, confirma que o cidadão deve ser a centralidade na reorganização do Sistema Nacional de Saúde. Sublinha ainda, que, na reforma que estava a ser implementada à data, o acesso aos cuidados de saúde era o centro das preocupações e a prioridade na ação. Fruto desta reorganização, mas com os álibis acima referidos, no final do ano de dois mil e nove, algumas freguesias do nosso município viram os Postos de Saúde esvaziados das suas funcionalidades. Muitos dos oliveirenses afetados por esta trapalhada sobrevivem em situação e condição de cidadãos delapidados do acesso aos cuidados de saúde atempados e de proximidade. Senhor Presidente Hermínio Loureiro, estou em crer que este assunto seja uma preocupação sua, a minha questão é simples: Que diligências têm desenvolvido? Que informação pode dar a esta Assembleia e aos cidadãos que eu considero delapidados? Tenho dito. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado Carlos Afonso, do PS. =====

===== Boa tarde, Senhor Presidente, considerem-se todos cumprimentados na sua pessoa. O tema que hoje trago aqui reporta-se aos tribunais: os Tribunais de Oliveira de Azeméis, no âmbito anteprojeto do Decreto-lei sobre o Regime de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais. Este anteprojeto, visa proceder à regulamentação da Lei da organização do sistema judiciário, na parte respeitante à organização e funcionamento dos tribunais judiciais. A Lei 62/2013, de 26 de agosto, denominada Lei da Organização do Sistema Judiciário, serviu basicamente para consagrar e estabelecer um novo modelo de organização e funcionamento dos tribunais judiciais de primeira instância. Desta reforma do

mapa judiciário, quais as consequências para o concelho de Oliveira de Azeméis, oliveirenses e seus empresários? Numa versão inicial do projeto da reforma do mapa judiciário, os Tribunais de Oliveira de Azeméis ficariam sangrados de processos e de Juízes, ou seja, ficariam apenas com um Juiz no Tribunal de Trabalho, um Juiz de competência cível e um Juiz de competência criminal, quando atualmente são compostos por seis Juízes e mais três Juízes do círculo judicial. Perante tal projeto, houve uma revolta de todos agentes da justiça. Juízes, Procuradores do Ministério Público, funcionários judiciais e advogados da Comarca de Oliveira de Azeméis, ao lado destes, colocaram-se também o Executivo Municipal e os Partidos da oposição por unanimidade. O concelho de Oliveira de Azeméis é o terceiro concelho com litigância judicial no distrito de Aveiro, ficando atrás dos concelhos de Santa Maria da Feira e Aveiro, em termos de importância económica e de arrecadação de impostos ocupa também a mesma importância. Logo, se questionava a sua despromoção neste projeto inicial. Porém, esta situação foi ligeiramente invertida, concedendo uma maior relevância aos Tribunais de Oliveira de Azeméis comparativamente ao projeto inicial. Neste anteprojecto, o Tribunal de Trabalho fica com um Juízo, mantendo assim o que já tinha, ao passo que o Tribunal Judicial passou a ter um Juízo de competência cível, um Juízo de competência criminal, um juízo de competência de execuções e dois juízes de competência de comércio, ou seja fica com os mesmos seis juízos que atualmente existe nestes Tribunais. Que vantagens trás para Oliveira de Azeméis, seus cidadãos e seus empresários, este novo modelo de regime de organização e funcionamento dos Tribunais Judiciais? Salvo melhor opinião, nenhuma vantagem trás, antes pelo contrário, vai afastar a proximidade dos oliveirenses e dos empresários locais do tribunal de Oliveira de Azeméis, pois vão ter de se deslocar para outros tribunais para exercerem os direitos de cidadania e do exercício da justiça. Os Tribunais Judiciais de Oliveira de Azeméis vão perder a competência na área da família dos menores, obrigando os oliveirenses a deslocarem-se ao Tribunal de Estarreja. A competência da área na Instrução Criminal passa para Santa Maria da Feira. Os Processos sobre questões cíveis de valor superior a cinquenta mil euros passam a ser tramitados e julgados em Santa Maria da Feira, o mesmo acontecendo com a preparação e julgamento das causas crime de competência do Tribunal Coletivo e do Júri. Se, por um lado, foi reposta alguma justiça aos cidadãos e empresários oliveirenses com o aumento do número de juízes e competências das que inicialmente foram atribuídas no projeto inicial, por outro lado fica-lhes o amargo de boca, pois todos os processos de maior relevância vão para Santa Maria da Feira, tribunal que já está, neste momento, superlotado de processos e com diligências já marcadas para datas bastante longínquas. Com as alegadas, mas indemonstradas, razões economicistas evocadas pelo Ministério da Justiça, dificulta-se, impede-se o acesso aos tribunais e à tutela jurisdicional efetiva dos oliveirenses que já suportam as consequências de dificuldades de transporte dos locais em que habitam e que, com as deslocações para outros tribunais, irão suportar maiores dificuldades e custos nas deslocações para os tribunais que irão substituir os que lhe pertenciam. Aos cidadãos Oliveirenses, mais afastados do centro da cidade e aos mais desfavorecidos economicamente, veem assim diminuídos os seus direitos constitucionais de

exercício do direito fundamental de acesso aos Tribunais e à tutela Jurisdicional efetiva afastando-se assim da justiça de proximidade que neste concelho já existe há muitos anos, obrigando-os a deslocarem-se para outros Tribunais que não o de Oliveira de Azeméis. A melhor prenda para os Oliveirenses é que esta reforma do Mapa Judiciário nunca entre em vigor, para assim continuar a manter o Tribunal de proximidade. Apesar do edifício do Tribunal Judicial de Oliveira de Azeméis, denominado – Palácio da Justiça, ter sido inaugurado em 21 de fevereiro de 1965, pelo então Ministro da Justiça, Prof. Antunes Varela, o mesmo possui atualmente quatro salas de audiências, gabinetes para os atuais nove magistrados judiciais os cinco magistrados do ministério público e espaços para as diversas secções judiciais e sala para advogados. Reconhece, contudo, que o mesmo precisa de algumas obras de beneficiação e de reaproveitamento do espaço. É dever do Município, continuar a assegurar as obras de conservação, manutenção e beneficiação do Tribunal, para que este mantenha a dignidade e funcionalidade para que foi criado. Por outro lado, é também dever do Município pugnar pela continuação da relevância dos tribunais neste concelho, com todas as suas competências e dando condições para que os oliveirenses não fiquem diminuídos nos seus direitos de acesso de proximidade ao tribunal e à justiça. Por último é dever do Município criar condições para a dignificação destes tribunais de Oliveira de Azeméis e começar-se a pensar nas comemorações dos cinquenta anos da inauguração do Palácio da Justiça. =====

===== Ausentou-se o Senhor Presidente da Assembleia, ficando a presidir a Sessão o Primeiro Secretário - António Luís da Fonseca e Grifo. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra à Deputada Ana Neves, do PSD. =====

===== Boa tarde. Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, comunicação social e público aqui presente. A Igualdade entre Mulheres e Homens é um Princípio da Constituição Portuguesa, é uma das tarefas fundamentais do Estado Português, que deve não só garantir o direito à Igualdade, mas, também assumir a sua promoção. Esta é, assim, uma responsabilidade inequívoca de todos os poderes públicos, em particular a Administração Local e, conseqüentemente de todas as pessoas que asseguram o serviço público. A subalternização das mulheres em muitas esferas de sociedade continua a impedir que a Igualdade consagrada na lei tenha os necessários reflexos na prática. A igualdade de oportunidades entre homens e mulheres é uma temática contemporânea, central para a democracia e, para a busca de uma sociedade cada vez mais equilibrada, justa e humana nas mais diversas esferas. Neste sentido tornou-se imperativo para a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis promotora de desenvolvimento social na realidade concelhia, a implementação deste plano estratégico e operativo necessariamente cruzado com os restantes instrumentos de

planeamento com incidência no município. Tratando-se de um Plano Municipal subjaz como referencia obrigatório a Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na vida Local. O Plano Municipal para a Igualdade de Género é um instrumento que coloca o desafio permanente de agir no pensamento e na ação para uma efetiva igualdade entre mulheres e homens. Os objetivos do Plano Municipal de Igualdade de Género no Concelho de Oliveira de Azeméis passam pelo diagnóstico rigoroso das situações de desigualdades de direitos e oportunidades no concelho, as necessidades e os recursos existentes pela sensibilização para o direito à igualdade e não discriminação, trabalhar a integração da dimensão da igualdade de género ao nível da autarquia e organizações da Rede Social, fomentar a utilização da linguagem inclusiva na comunicação interna e externa do município, pela promoção da melhoria dos níveis de eficiência e qualidade dos serviços locais de ajuda às vítimas de violência doméstica, entre outros. A Administração Pública Local desempenha um papel essencial na eliminação de desigualdades e discriminações pela sua relação de proximidade com as populações que serve. Para tal é necessário uma outra forma de fazer política. Primeiro, porque excluir as mulheres significa marginalizar a maioria da população europeia dos processos de tomada de decisão e da vida social, cívica e cultural. Segundo, porque a participação equilibrada de mulheres e homens na vida local é um princípio básico da democracia. O poder local é um responsável estratégico pela Igualdade de Género e pode fazer a diferença na vida e nas oportunidades de vida das mulheres. A igualdade de mulheres e de homens é uma dimensão transversal a todas as áreas e domínios da intervenção política, e é condição indispensável e necessária a uma boa governação. Importa, pois, não esquecer que a igualdade entre mulheres e homens é um objetivo social em si mesmo, essencial a uma vivência plena da cidadania, constituindo um pré-requisito para se alcançar uma sociedade mais moderna, justa e equitativa. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Vou procurar dar aqui todas as informações que foram feitas. Relativamente à questão do Parque do Cercal houve duas intervenções, do Senhor Deputado Nuno Pires e do Senhor Deputado Manuel José Tavares. Só fazer uma pequeníssima precisão, quando o Senhor Deputado Manuel José Tavares falou na questão do Senhor Reitor Júlio Pedrosa que sucedeu à Dr.ª Helena Nazaré, foi ao contrário, primeiro foi o Júlio Pedrosa e depois foi a professora Helena Nazaré e agora o professor Manuel Assunção. E deixe-me dizer-lhe que, todos os Reitores, todos eles, tiveram a sua importância, evidente que a opção mais de concretização no terreno foi por parte da professora Helena Nazaré. Mas também aqui e julgo que é justo e aqui faço a mea-culpa porque não o fiz na cerimónia de inauguração, quando estávamos a assinalar os quarenta anos da Universidade de Aveiro, uma referência ao então Senhor Ministro da Educação Dr. Pedro Lince, porque, criou a escola,

porque a escola também tinha que ser criada também do ponto de vista do Conselho de Ministros e, era ele Ministro da Educação, quando a escola foi criada. Conforme disse e bem, a história é uma história com quinze anos onde atravessou o mandato do Senhor Ângelo Azevedo então Presidente da Câmara, na altura o Senhor Ápio Assunção e a concretização física foi feita já no anterior mandato. Naturalmente que, o Parque do Cercal e a Escola da Universidade é uma Escola, eu não me vou referir às questões da sustentabilidade energética e às questões inovadoras elas são públicas, acho que nos devem encher de orgulho, já não me refiro também porque é demais evidente a qualidade arquitetónica é um espaço de referência e vai ser objeto de muita visita e de muito estudo. Mas refiro-me relativamente ao futuro. Eu próprio na inauguração disse que: aquele ato de inauguração, ou de abertura, nunca se podia encarar como um ponto de chegada, antes pelo contrário, tem de ser um ponto de partida para os próximos desafios. Esses desafios têm que ser assumidos em parceria com a própria Universidade de Aveiro e também com a comunidade empresarial. Aquilo que eu tenho chamado o triângulo virtuoso. Que acho que é muito importante nós apostarmos nesta questão da Universidade, das empresas e também do poder local. A Universidade tem projetos para o futuro. Vai sair legislação relativamente à criação de novos cursos de duração rápida. Como sabem, agora as licenciaturas e os mestrados e os cursos de especialização tecnológica, há ideias em cima da mesa, estão a ser discutidos com os seus Reitores e portanto a Universidade de Aveiro, tem projetos para o futuro, está a equacionar a possibilidade de uma nova licenciatura. Se repararem nós vimos uma série de Universidades, Escolas Politécnicas, com cursos criados e com inscrições zero. Zero alunos. E pela primeira vez, a nossa licenciatura, na nossa escola, teve a primeira escolha e a turma foi logo concretizada na primeira fase. E segundo a explicação que a Universidade nos dá é para o nível de empregabilidade que o curso cria, porque o curso é feito muito em parceria com as empresas e muito vocacionado para as empresas e isso deixa-nos naturalmente satisfeitos. O Senhor Reitor e a Reitoria, aquilo que nos disse, ao professor Martinho responsável pela escola, foi: Agora, a Escola e as empresas têm que naturalmente estudar e o poder local, quais é que são as necessidades objetivas para podermos corresponder a essas expectativas. Mas esse trabalho é um trabalho que tem de ser feito por todos e portanto quando o Senhor Deputado Manuel José Tavares dizia:- Saiba o Município, - Saiba o Município. Deixe-me dizer que, o Município tem sabido. E portanto o Município tem correspondido claramente, basta ver qual é que é a resposta da Universidade sobre essa matéria. Agora, temos é de estar à altura das nossas responsabilidades para o futuro. Esta é uma das matérias, aliás, eu disse isso na reunião de câmara, é uma das matérias muito interessante e caso de estudo. É evidente que eu não tenho nenhuma certeza disto que vou dizer, mas, digo, é a minha opinião, não há nada que o comprove mas, a união e a concertação e esforços que foi possível criar em Oliveira de Azeméis à volta deste projeto, foi a nossa garantia para termos conquistado esta escola a outros municípios. Porque todos os municípios queriam esta escola. E nós conseguimos criar um ambiente positivo, uma atmosfera positiva, uma concertação política, partidária e conseguimos, também, na altura, com a aquisição da Quinta

do Comandante termos uns argumentos diferentes de outros municípios e aí a opção depois ter caído em Oliveira de Azeméis. É um bom exemplo e é um caso de estudo de que, quando nós queremos, quando nós estamos de acordo seguramente que conseguimos atingir os nossos objetivos com mais facilidade. Quanto à questão que foi colocada pelo Rui Luzes Cabral. Vamos lá a ver, o meu objetivo, o objetivo do Município de Oliveira de Azeméis é podermos ir mais longe do que aquilo que a lei diz. Porque, nós temos que efetivamente apostar numa política de descentralização, nós somos favoráveis e está o município disponível para assumir novas responsabilidades naturalmente fruto de responsabilidades que estejam neste momento a cargo do Governo, está o município disponível para ceder muitas das suas competências às juntas de freguesia. Ceder, por si só, essas competências, se não for feita a transferência de recursos humanos e a transferência de material do ponto de vista financeiro, de pouco vale às juntas de freguesia ter competências. Mas, eu quero vos dizer que, nós vamos dentro do prazo que a lei nos confere, vamos seguramente ser inovadores no Município de Oliveira de Azeméis assim as Juntas de Freguesia, estou certo que vai acontecer, colaborem e estejam disponíveis para aceitarem essas mesmas responsabilidades. Ele recordou e bem o Rui Luzes Cabral, nós tínhamos marcado uma reunião para hoje, dia 27. Tínhamos feito a nossa outra reunião no dia 22 de novembro e vamos seguramente já nos primeiros dias de janeiro fazer esta reunião de 27, até porque temos assembleia municipal também na segunda-feira e portanto não é possível fazê-la no mês de dezembro, mas faremos na primeira semana de janeiro e seguramente que já temos coisas mais concretas para tratar e para definir. Porque reparem, a expectativa é muito grande, mas, neste momento temos em cima da mesa uma outra questão que se prende com aquela dúvida e com os problemas que estão associados às 35 e às 40 horas: Portanto, nós temos correspondido a todos os passos; Tivemos uma providência cautelar; A providência cautelar foi retirada; Tivemos um período de audiência prévia; Estamos neste momento à espera dos sindicatos e ainda está do lado deles, como sabem são vários sindicatos e basta haver um funcionário de um sindicato diferente e esse sindicato também tem que ser ouvido; Nós temos no nosso cronograma, a intenção era princípios de janeiro, mas já percebemos que nunca o podemos fazer antes de 20 de janeiro, tendo em conta os prazos que não há hipóteses de os cumprir sob pena de cometer uma ilegalidade e a violar o Código do Trabalho e a relação que queremos que seja naturalmente amistosa com os sindicatos. Mas eu sobre esta matéria, Senhor Presidente, uma vez mais dizer-lhe: - Mais competências, mais recursos humanos e mais meios. Não há dúvida nenhuma relativamente a isso. Agora, é preciso muito cuidado. Porque muitas vezes quando se está a dar os primeiros passos nestas matérias, depois cometem-se alguns erros que são difíceis de retificar. Veja-se o que se passa na Câmara de Lisboa e a confusão que se instalou à volta da Câmara de Lisboa e da transferência de competências e da transferência de funcionários para as juntas de Freguesia. Não vamos querer nenhum problema daqueles. Vamos querer naturalmente os funcionários que vão para as juntas de freguesia vão de livre vontade, satisfeitos, com vontade de trabalhar e naturalmente é esse o nosso objetivo, porque tal como está não está bem (ponto final, parágrafo). As novas realidades territoriais obrigam a muitos

ajustamentos, quer pela dimensão, quer pelo volume de trabalho e portanto esta é uma matéria que nos vai acompanhar nos próximos tempos e que seguramente vamos ter aqui também na Assembleia Municipal. Quanto á questão que falou da licença de habitabilidade e a questão da taxa. Eu preciso que você me ajude, relativamente a esta matéria, para perceber. Vamos ser objetivos, só se pode ir viver para uma casa quando houver licença de habitabilidade, certo? Se calhar nem sempre isso acontece. Não sei. Imagino. Segundo a questão que o Rui Luzes Cabral colocou, o Rui Luzes Cabral e muitos outros a podiam colocar, naturalmente, sabemos perfeitamente que há muitas situações dessas. Agora, a nossa ideia é que, quando há a questão do contrato de água começa a contar a taxa do lixo. Agora, se há aqui situações onde isso não acontece. Agradeço que me esclareça, até para procurar naturalmente junto dos serviços. Que às vezes há aqui coisas que são mais papistas que o papa, certo? E depois há aqui coisas que são feitas e não há instruções, mas é uma interpretação e depois nós é que temos a responsabilidade e estamos cá para assumir e para resolver esses problemas. Quanto à questão dos tribunais. Deixe-me dizer-lhe uma coisa, Senhor Deputado Carlos Afonso, o Senhor fez aí um descritivo corretíssimo, ou seja: A nossa realidade; A alteração, aquela primeira proposta que gerou a nossa revolta, nossa, de todos, como disse e bem, dos agentes, de todos, falamos com todos, falamos com o Ministério público, falamos com os senhores Juízes, falamos com os funcionários, falamos com a delegação de Oliveira de Azeméis; Depois, tivemos reuniões de trabalho com o Chefe de Gabinete da Senhora Ministra, porque a Senhora Ministra não recebia Câmaras Municipais e depois lá fizemos chegar as nossas sugestões. E, Senhor Deputado Carlos Afonso, o Senhor reconhecerá que houve uma transformação muito grande e muito positiva relativamente aquilo que é a primeira proposta em cima da mesa. Ou seja, nós, basicamente, passávamos de seis mais três para três Juízes. E hoje temos seis. E não deixa de ser curioso que o Senhor Deputado aponta para a necessidade, e agora Oliveira de Azeméis vai ter de se deslocar ali e acolá. E ainda ontem houve uma manifestação em S. João da Madeira e a principal preocupação de S. João da Madeira é, que agora vão ter que se deslocar para Oliveira de Azeméis e para Santa Maria da Feira e que isto não pode ser. Portanto, ouça, isto é uma reforma. É uma reforma. E portanto, eu estou a ler, eu começo depois a ouvir assim um ruído de fundo quando eu digo estas coisas. Eu estou a ler: “Pequena instância concentrando a maioria das valências centrais e específicas nos Tribunais de Oliveira de Azeméis e Santa Maria da Feira. Pretendia-se ainda sensibilizar a população para o tema, através da distribuição de flyers”, portanto, isto é a Ordem dos Advogados de S. João da Madeira que está a dizer. Nós perdemos aqui umas coisas mas, nós não podemos estar a contabilizar isto como derrotas ou vitórias de um ou de outro. Todos nós desejamos é uma melhor justiça, que ela seja mais célere. Se é preciso fazer mais quilómetros mas o problema fica resolvido mais cedo, acho que ficamos todos satisfeitos. E como o Senhor Deputado também sabe, até porque é advogado, quando falou do fluxo de Oliveira de Azeméis para os outros sítios, também tem que reconhecer que vai haver fluxo dos outros sítios para Oliveira de Azeméis para tratar das insolvências, para tratar destas questões das empresas que são competências que vão estar aqui adstritas. Eu vou-lhe dizer uma

coisa e acho que nunca o disse e é a primeira vez que o digo: - Eu não estou totalmente satisfeito, tal como você também não está. Mas, o ótimo é muitas vezes inimigo do bom. E, Senhor Deputado Carlos Afonso, a cerejinha em cima do bolo, era o Tribunal de Família e Menores, era ou não era? E aí estávamos todos. Não era? Olhe, para mim, era. Porque acho que também aí vai haver fluxo de Oliveira de Azeméis. Mas Senhor Deputado vai agora pedir uma grande instância, como? Temos que perceber o âmbito da reforma, se nós todos olharmos para o nosso umbigo? Temos de perceber também aqui alguma razoabilidade. Esta, deixe-me dizer-lhe, lutei por ela. Lutei por ela, mas foi impossível tendo em conta o equilíbrio. Esta reforma depois teve outro problema. É que, nós estamos a falar de áreas metropolitanas, estamos a falar de novas competências, estamos a acabar com os Governos Cívicos e esta reforma foi de âmbito distrital. E portanto, quando a gente leva aqui com a questão de Estarreja, tem a ver com a reorganização do distrito. Agora é assim: Nós lutamos; Conseguimos muita coisa, como até se pode ver com a reação dos concelhos vizinhos; Não foi satisfeita na totalidade, é verdade. Mas, demos um salto muito grande relativamente aquilo que era a primeira proposta, isso sim era uma coisa que era completamente arrasadora e retirava-nos aqui uma série de situações. Quanto às obras no Tribunal nós manifestamos sempre essa disponibilidade, quer à Senhora Ministra da Justiça, quer aqui aos Senhores Magistrados. Até porque, repare, não há semana nenhuma em que a Câmara Municipal não vá ao Tribunal fazer coisas a pedido do Tribunal: É preciso mudar uma fechadura; Um vidro que parte; Uma janela que não fecha; É preciso pintar uma parede; Era preciso estacionamento, arranjamos estacionamento. Ainda agora, a Senhor Vereadora Dr.^a Gracinda Leal já teve que sair, pediram mais uma sala porque precisam de uma sala especial para um arquivo, etc... etc.... Nós tivemos de dizer: Olhe, neste momento, não temos. Vamos ver, se houver disponibilidade, tendo em conta também as rendas que temos de pagar e os espaços. Mas, naturalmente, nós procuramos corresponder às necessidades. E já dissemos também à Senhora Ministra, essa mesma situação, que estamos completamente disponíveis para em conjunto darmos também um novo ar ao Tribunal. Apesar de antigo, como disse, é altamente funcional como todas as pessoas que operam no setor da justiça reconhecem. Quanto á questão da Senhora Deputada Ana Neves, dizer-lhe o seguinte: A questão Municipal do Plano de Igualdade é um passo importante e foi bom termos feito esse Plano e termos o nome inscrito nos Municípios que têm Plano Municipal da Igualdade. Mas, não basta ter Planos, naturalmente que agora que temos o Plano precisamos de o executar. Isso é que é fundamental. E para isso contamos com toda a Rede Social, com o empenho das nossas Associações, IPSS e não só, e naturalmente, precisamos também de uma renovação e de uma cultura de mentalidades também para isto. Não vale a pena termos excelentes Planos, excelentes diagnósticos se depois não tivermos capacidade de os executar. Por isso é que é um Plano a longo prazo e é um Plano não é uma coisa imediata, porque há coisas que podemos fazer já e há outras coisas que demoram mais tempo mas, naturalmente sem um Plano é que não o podemos fazer e portanto a questão do Plano é de grande utilidade. O Senhor Deputado António Cruz falou na questão dos cuidados de saúde básicos e de proximidade. Esta é uma questão que nos

preocupa a todos, sem exceção, ao Senhor Deputado António Cruz, mas seguramente transversal a todas as Bancadas. Pouco dias após a tomada de posse eu escrevo uma carta ao Senhor Presidente da ARS-Norte a solicitar uma reunião de trabalho, estamos a iniciar um novo ciclo autárquico, para poder com ele perceber quais é que são as expectativas, quais é que são as nossas vontades e quais são as disponibilidades que teremos da ARS. Tenho que dizer que, infelizmente, a reunião ainda não está marcada. Posso dizer também que, a Associação de Municípios Terras de Santa Maria enviou uma carta ao Senhor Presidente da ARS, assinada pelos cinco presidentes de câmara, já algum tempo e pedimos uma resposta por uma situação que nos envolve a todos relativamente ao Hospital de S. Sebastião, em Santa Maria da Feira e pedimos uma reunião até ao dia 27 de dezembro e lamentavelmente tenho que o dizer que essa reunião ainda não foi marcada. E portanto o último contacto que foi feito com o Senhor Presidente da ARS é que ele estava de férias. Não sei se está, se não está? Mas os cinco presidentes de câmara estavam disponíveis para ir reunir com o Senhor Presidente da ARS, mas ele disse que estava de férias e que quando viesse marcava a reunião. Estamos a falar de coisas muito sérias, estes os assuntos de saúde são assuntos muito sérios. Não podemos abrandar a nossa preocupação. Eu compreendo. Há situações por resolver. Há obras em curso, nomeadamente, no sul do concelho, mais concretamente no Pinheiro da Bemposta. Há, segundo as últimas indicações, também alterações previstas para a Vila de Cucujães. Mas, concretamente, eu não posso aqui dizer nada. Eu comprometo-me naturalmente a procurar junto dos órgãos próprios, da ARS, do ACES se for necessário também para poder na próxima Assembleia Municipal já falarmos sobre essa matéria mais em concreto. As preocupações existem. Temos o levantamento da situação. Temos faltas de médicos de família, é objetivo, é público. E temos que rapidamente encontrar soluções, porque também aí estamos todos de acordo relativamente à saúde de proximidade. Esse é que é o conceito que todos nós defendemos - Qualidade e Proximidade. E portanto, essa é uma matéria que me preocupa mas que, naturalmente, vou procurar pressionando que tem capacidade para decidir sobre essas matérias. Porque muitas vezes, Senhor Deputado Cruz deixe-me dizer isto, muitas vezes de forma até um bocadinho irónica aligeiramos responsabilidade. Ou seja, a Câmara Municipal, isto é um bocadinho como as Juntas de Freguesia, tem sempre as costas largas leva sempre com tudo. E quando alguma coisa acontece, e não é muito positivo, muitas vezes os decisores políticos tem aquela tendência de dizer: - Epá, fale lá com a Câmara, isso é um problema da Câmara. Quando isto, não é um problema da Câmara (ponto final, parágrafo). Isto e a questão da justiça que ainda agora acabamos agora de tratar. Cada um tem que assumir as suas responsabilidades. E nós, Câmara Municipal, lutaremos, naturalmente, até ao fim das nossas capacidades e possibilidades, por uma prestação de cuidados de saúde de qualidade e de proximidade. Senhor Presidente, a última questão que tinha para responder, não é bem uma resposta, prende-se com uma intervenção do Senhor Deputado Costa Gomes que falou de muitos eventos. Já agora dizer que foi um prazer enorme, termos hoje, apesar de o dia estar horrível com uma chuva tremenda mas, de podermos ter contado com a filha do escritor Ferreira de

Castro e da D^a Elena Muriel nesta cerimónia do centenário. A filha veio de Lisboa propositadamente para este, ato, ato simbólico, simples, mas de grande significado. E naturalmente que, acompanhamos o voto de louvor que foi aprovado por esta Assembleia ao Dr. Praça Vasconcelos, para além de tudo aquilo que o Costa Gomes leu do seu currículo ele é um cavalheiro, um gentlemen, é um Senhor e portanto também a Câmara Municipal acompanha. Relativamente à questão da Fersil. Dizer-lhe que, naturalmente a Fersil é uma das grandes empresas do município de Oliveira de Azeméis. Nós temos boas notícias relativamente às empresas e à nossa capacidade e vocação exportadora. O Instituto Nacional Estatística publicou o seu anuário 2012 relativamente à região norte e o município de Oliveira de Azeméis, eu não tenho aqui os números em concreto, está a exportar neste momento perto de setecentos milhões de euros. E isto é muito importante e naturalmente que a Fersil se enquadra nesta vocação exportadora e é uma das empresas referência do nosso município, para além de ter um ambiente social extraordinário é uma empresa que arrisca que investe. E só quem não passa ali na zona de Fajões e Cesar é que não se apercebe realmente do crescimento desta empresa e do volume de negócios que ela trás associada e também da visão estratégica de crescimento para países muitas das vezes complicados e naturalmente que nós nos associamos e estamos satisfeitos pelo crescimento da empresa Fersil. Muito obrigado, Senhor Presidente. =====

===== Entrou o Senhor Presidente da Assembleia. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado José Lourenço, do PS. =====

===== Excelentíssimo Presidente, Secretários, Executivo, Vereadores, colegas, público, comunicação social, considerem-se, agora, todos, cumprimentados. O assunto que me trás cá hoje, prende-se com a Linha do Vouga e o que mais recentemente se tem passado. Desde o passado dia 1 de novembro que serviço ferroviário na Linha do Vouga, entre Sernada e Oliveira de Azeméis, foi temporariamente substituído por serviço rodoviário alternativo. As empresas concessionárias deste serviço, CP e REFER respetivamente, justificaram a medida pelo estado de degradação da via naquele troço onde a velocidade máxima dos comboios, que já vinha sendo limitada a 30 km/h, foi ainda reduzida pela REFER, a 25 de outubro, para apenas 10 km/h. Este limite caricato foi decidido na sequência das fortes chuvadas nas semanas que se antecederam e que danificaram ainda mais a linha conduzindo assim à medida drástica da suspensão da operação no troço em causa. Senhor Presidente, em Portugal, a história ensina-nos que quando numa linha degradada o serviço é temporariamente suspenso e substituído por serviço rodoviário, essa via-férrea acaba por fechar definitivamente algum tempo depois. Foi o que aconteceu em todas as linhas de Trás-os-Montes, do Alentejo e também na linha da Figueira da Foz/ Pampilhosa. Como é do conhecimento público, a Linha do Vouga, esteve prestes a ser encerrada em 2011, já pelo Governo de Passos Coelho, no âmbito do plano de estratégico dos

transportes. A contestação de autarcas e população levou, porém, à suspensão da medida, sem que, no entanto, tivesse avançado qualquer plano de investimento para a linha que continuou a degradar-se. Não obstante tudo isto, verificaram-se elevados investimentos na instalação de passagens automáticas e sinalização moderna parecendo-nos a todos nós uma situação perfeitamente anormal dado que a REFER, andou a gastar milhões de euros na supressão das passagens de nível, aparentemente não ligou à qualidade da linha, pelo que, se era para parar os comboios para que era preciso as passagens automáticas. Senhor Presidente, o dito encerramento foi anunciado como temporário. Mas é provável que a linha não volte a abrir. E que será elevado risco de ficar também comprometido o troço entre Oliveira de Azeméis/Espinho que fica sem ligação ao resto da rede e sem acesso às oficinas de manutenção da CP situadas em Sernada. Senhor Presidente, centremo-nos agora numa questão que é de extrema importância para o nosso concelho que tem a ver com a própria mobilidade na região e temos aqui duas formas de ver a questão. Ou seja: O troço Oliveira de Azeméis a Sernada e o troço de Oliveira de Azeméis a Espinho. É reconhecido que do ponto de vista económico e do próprio retorno financeiro para a concessionária, o troço de Oliveira de Azeméis a Espinho torna-se muito mais interessante dado que serve diversos aglomerados urbanos e por inerência milhares de clientes em detrimento do outro. É de extrema importância que esta linha se mantenha, tanto para que se verifique o desejável desenvolvimento económico que ela promove no concelho, como pelo facto de ser mais um agente facilitador na mobilidade regional. Senhor Presidente, Oliveira de Azeméis encontra-se na periferia da Grande Área Metropolitana do Porto, na qual tem agora responsabilidades na direção da mesma, Oliveira de Azeméis não pode perder esta luta, Oliveira de Azeméis tem por obrigação de ser muito mais interessante para quem vem aqui trabalhar, estudar, investir ou simplesmente dar um passeio. Que diligências estará o Senhor Presidente disposto a fazer no sentido de não perdermos esta via centenária, que depois de reconvertida poderá ser colocada à disposição dos Oliveirenses, da região, do norte e do país. Gostaria também de focar aqui um outro assunto que não tem propriamente a ver com este mas, é um aparte e é uma opinião muito pessoal, do tempo em que estou cá e não sei se já foi referido ou não? Perdoem-me se já foi. Mas tem a ver com as próprias condições desta sala. Estamos perante um auditório excelente, com boa acústica. Mas não temos, para nós, para mim, falo por mim enquanto elemento desta assembleia que trago um computador portátil, trago documentação para consultar torna-se extremamente difícil trabalhar nestas condições com estas cadeiras e penso que os colegas também sentirão isso. Aquilo que eu queria pedir, se fosse possível, Senhor Presidente da Mesa que diligenciasse junto dos serviços, já não seria pedir para todos os elementos, mas pelo menos para a primeira linha ou a segunda linha, para que aqueles elementos quem vêm munidos desse material de documentação e outros meios tecnológicos para que possam trabalhar, que coloquem aqui duas mesas em cada lado, para que os elementos possam trabalhar condignamente. Julgo que não será pedir muito, não são assim tantas vezes as assembleias que são aqui realizadas e penso que em função dos meios que temos será perfeitamente possível. Terminaria também a desejar um ótimo 2014 a todos. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor Jorge Paiva, Presidente da Junta de Freguesia de Fajões.* =====

===== *Boa tarde, Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, caros colegas, público, imprensa aqui presente. O tempo aconselha os pensadores. Pertencendo a este Órgão Municipal, desde as últimas eleições, por inerência do cargo para o qual fui eleito, cumpro-me no dever de presunção e informação deixar aqui alguns conselhos, quiçá recados para alguns Membros desta Assembleia, que porventura não sabem bem as regras do jogo. Pois bem, compete-me aqui transmitir a gravidade com que os meus antecessores me passaram o mandato. Vocês porventura nunca passaram por esse desiderato. Não sabem efetivamente da história, que alguém, que não tem responsabilidades, teima em manter-se vivo na esperança de um dia voltar a fazer asneiras como aquelas que fez, as quais eu não tinha dúvidas em encontra-las. Tive a coragem ao contrário de muita gente, de as transmitir aqui neste plenário, pois é aqui e não na praça pública que nós devemos ter coragem de enfrentar as verdades. Gostava de transmitir a alguns elementos do Partido Socialista, foram espectadores e eu até tinha muito gosto na sua presença, mas por aquilo que vi, foram a Fajões só para visionarem os fatos para relatarem o que não sabem. Tomei a posse na escadaria, em 19 de outubro, face ao resultado que me deu vitória. Hoje, voltava a fazê-lo. Alguém se interrogou porque razão o ex-presidente da Assembleia, que eu por acaso sempre considerei pseudo, marcava e depois já disse que não marcava a instalação dos novos órgãos democraticamente eleitos. Era uma cilada, que se for necessário será demonstrada nos sítios respetivos. Troquei os canhões, porque já era Presidente da Junta de Freguesia em 20 de outubro, para que pudesse trabalhar. Porém, tinha também as portas interiores fechadas. Deixei convocatória à funcionária em serviço nos Correios, mas não houve interesse em levantá-la, nem atender o telefone à funcionária. Enviei carta a notificar o ex-presidente da Junta, José Santos, ignorou o registo. Foi efetuado pedido ao tribunal, para que notificasse o ex-presidente da Junta, resultado, recusou-se a acusar a notificação. Até que, por ordens superiores, finalmente foram abertas as portas da Junta, em 23 de dezembro, a qual foi possível verificar a situação em que se encontravam as portas dos gabinetes, cofre, etc. Foi necessário arrombar as portas e cofre. Meus amigos (e já a gora a senha do computador infelizmente não a tenho ainda, mas isso é fácil), a situação é grave, e só mostro o face simile deste envelope, que o tempo, vos darei infelizmente mais notícias (é uma carta que a junta de freguesia recebeu no ano passado do Tribunal de Contas e até ao dia 19 de novembro não obteve qualquer resposta por parte do Presidente da Junta e da Secretária). Encontrei, já em 25 de dezembro, documentos com penhoras a 3 terrenos (que é o seguimento da penhora do Silva & Brandão), que infelizmente quando eu não tinha dinheiro foram comprados com dificuldades, bem como o trator. Trator sem seguro. Fico por aqui, hoje, pedindo aos Senhores Membros da Assembleia para que de futuro tenham mais consciência em comentar o que não sabem. Tenho dito.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Carlos Silva, Presidente da Junta de Freguesia da União das freguesias de Oliveira de Azeméis / Santiago de Riba-Ul / Ul / Macinhata da Seixa /Madail.* =====

===== *Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal permitam-me que, através de ambos, cumprimente todos os presentes. Queria apenas deixar aqui dois pequenos e breves apontamentos. O primeiro para agradecer publicamente a todas as Escolas do 1º Ciclo e Jardins-de-infância que compõem a União das freguesias de Oliveira de Azeméis / Santiago de Riba-Ul / Ul / Macinhata da Seixa /Madail, pela prontidão com que aceitaram o desafio a iniciativa promovida pela junta de freguesia na decoração de algumas rotundas com motivos alusivos à quadra natalícia. Esta era uma iniciativa que tínhamos lá em santiago de Riba-Ul e que pretendíamos alargar, porque fazia todo o sentido, a este novo espaço e formato territorial. O desafio foi lançado, pese embora ter sido um pouco tardia, mas foi prontamente aceite por todos e o resultado final e que é possível ver um pouco por todo lado vem provar, o espírito de grupo que saiu reforçado, a dedicação, o empenho, a criatividade e o talento de todos os participaram e que fizeram com que esta iniciativa fosse um sucesso sendo também um dos maiores destaques deste Natal. O segundo apontamento, uma referência individual, mas justa, à Escola EBI do Outeiro pelo prestigioso primeiro prémio alcançado no Concurso da Royal Canine, um concurso promovido no âmbito nacional, que demonstra a grande dinâmica desta Escola e que desta vez contou com o auxílio e envolvimento, muito meritória, da comunidade oliveirense e amigos e que contribuíram para que a escola e o nosso concelho saíssem vencedores. Muito obrigado.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor José Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Ossela.* =====

===== *Muito boa tarde a todos. Permitam-me saudar a Mesa e todas as Bancadas na pessoa do Senhor Dr. Jorge Oliveira e Silva e os Vereadores e o Executivo na pessoa do Dr. Hermínio Loureiro, caros amigos e comunicação social. Desde já quero agradecer e concordar com as palavras que foram aqui ditas pelo Deputado Carlos da Costa Gomes acerca da homenagem que hoje foi feita e teve lugar no cemitério de Ossela organizada pela Câmara Municipal, pela Junta de Freguesia, Centro de Estudos Ferreira de Castro e o Grupo Cultural e Recreativo de Ossela. Como ele já falou da homenagem, mas eu quero dar mais uma achega. E como Presidente da Junta esta é a minha primeira intervenção, neste nobre local e não podia ser de melhor forma senão a homenagear uma ilustre pintora, Elena Muriel, no centenário do seu nascimento. Foi a segunda esposa do escritor mundialmente conhecido Ferreira de Castro. De nacionalidade espanhola, nasceu a 27 dezembro de 1913 e filha de uma família ilustre. A guerra civil espanhola fez com que a família se refugiasse em Portugal. Ainda muito jovem, aos 23 anos, conheceu Ferreira de Castro vindo a casar-se em Paris em 1938 e desse matrimónio*

em 1945 nasceu a sua filha Elsa Beatriz Ferreira de Castro que hoje nos honrou, como já aqui foi dito, com a sua presença na cerimónia de homenagem à sua mãe. Elena Muriel, foi uma pintora de rara sensibilidade e imenso talento, realizou várias exposições de pintura e está representada em várias coleções particulares e públicas entre as quais na Fundação Calouste Gulbenkian. Para colaborar com a vida muito ocupada do escritor e ajudar a responder a todas as solicitações feitas ao marido, acompanhou-o nas suas inúmeras viagens, ficou quase sempre, quase, sem tempo para a sua grande paixão a pintura. Deslocou-se na companhia de Ferreira de Castro várias vezes a Ossela. Após a morte do marido Elena Muriel, voltou a dedicar-se à pintura, tinha um grande amor a Oliveira de Azeméis onde fez das suas maiores exposições no Salão Nobre dos Bombeiros Voluntários, colaborou em todas as iniciativas que homenageavam Ferreira de Castro, designadamente, o Prémio Nacional da Literatura Juvenil Ferreira de Castro e as Comemorações Nacionais do Cinquentenário da “Selva”. Elena de Muriel faleceu a 21 de janeiro de 2007 e, por vontade própria, desejou ficar sepultada em Ossela terra natal de Ferreira de Castro. Muito nos honra a nós Osselenses e Oliveirenses que Elena Muriel e Ferreira de Castro tenham optado por ficarem para sempre na nossa terra, mais propriamente na freguesia de Ossela. Sinto-me feliz por uma ilustre pintora como esta ter assinado o meu livro de honra deixando uma linda e promissora dedicatória. Nós, todos, te agradecemos por teres escolhido Ossela para repousares para sempre. Obrigado, Elena Muriel. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Dar só aqui informações e alguns esclarecimentos relativamente à questão que foi colocada pelo Senhor Deputado, José Lourenço e os problemas da Linha do Vale do Vouga. Naturalmente que fez algumas pesquisas para fazer essa intervenção e seguramente que, em muitos desses momentos, encontrou declarações da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, quer num processo quer noutra. E portanto, deixe-me dizer-lhe que, eu me revejo completamente naquela que foi a sua intervenção. E é evidente que nós temos de olhar para a Linha do Vale do Vouga em duas vertentes: A ligação Oliveira de Azeméis / Sernada e a ligação Oliveira de Azeméis / Espinho / Porto. Como sabe, há um estudo neste momento e está nas mãos já do Senhor Secretário de Estado, Sérgio Monteiro, Secretário de Estado dos Transportes e das Comunicações, que é do Ministério da Economia, um dossier onde mostra toda a capacidade de crescimento e de melhoria de mobilidade metropolitana com a criação da ligação Oliveira de Azeméis/ Espinho, fruto de quando for feita a concessão à CP – Porto. O que é que isso implica? Implica a alteração da linha e implica a sua eletrificação. Fazer a semelhança é aquilo que aconteceu em Guimarães, á ligação de Guimarães ao Porto. Que era uma ligação deficitária e que hoje tem milhões de passageiros. E portanto o potencial, isto foi um estudo feito pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e pelo técnico

mais conceituado na área dos transportes onde ele conseguiu provar, inclusive, o retorno do investimento. E portanto nós sabemos, pelos contactos que foram feitos na altura, que quando abrir a concessão CP-Porto está é uma questão que vai estar em cima da mesa nessa mesma concessão. E portanto, todo o seu raciocínio e aquilo que colocou relativamente ao investimento de Oliveira de Azeméis, Cucujães, S. João da Madeira, Paços de Brandão, até Espinho e depois é a ligação ao Porto com o mesmo tipo de transporte. Ou seja: Você entra em Cucujães, tira o andante e a seguir com esse bilhete pode andar no Metro do Porto e depois pode andar no Metro do Porto e apanhar outra vez o comboio e vir ter a Cucujães. Na altura o estudo que aponta é, para a criação de parques de estacionamento gratuitos, nos sítios de maior aglomerado populacional, para que as pessoas possam vir ali estacionar o carro e ir depois comodamente de forma rápida, segura, com horários completamente diferentes daqueles que hoje existem e portanto nós mantemos uma expectativa muito alta nessa situação. Relativamente a Oliveira de Azeméis / Sernada. O problema, deixe-me dizer-lhe, o senhor Deputado situou-o bem e deu as informações todas, deixe-me só dizer-lhe que eu, nesse mesmo dia, falei com o Senhor Presidente da CP e, não consegui falar com o Presidente da REFER já era tarde mas ainda consegui apanhar o Presidente da CP, Dr. Manuel Queiró, que me explicou uma coisa muito simples: Que ele tinha um relatório da REFER em que dizia: que os comboios não tinham segurança e só la podiam passar a 10km/h. E portanto, relativamente a esta matéria, ele dizia-me: “- Oh Hermínio, eu não vou poder fazer nada, se eu tenho a REFER a dizer que o comboio não pode andar, eu não posso mandar o comboio andar mais depressa, depois há um acidente e é uma chatice”. Quando o argumento é, o argumento, segurança. Alto lá. Ninguém aqui quer arriscar, nem ninguém arriscou. Na altura o que foi falado foi: Eu não sei? Seguramente que o José Lourenço poderá até, ou o Senhor Presidente Armindo Nunes poderá saber mais do que eu sobre esta matéria, porque na última semana não fiz nenhum contacto. Os primeiros contactos era a disponibilidade de um autocarro, que depois passou a um táxi e tendo em conta o volume de passageiros um táxi conseguia fazer o transporte das pessoas que, as pessoas que desejavam, habitualmente andavam de comboio passavam a andar de táxi e não era preciso alocar o autocarro que a CP tinha disponibilizado como transporte alternativo. Diz o Deputado José Lourenço que: - Normalmente, quando isto acontece, é o primeiro sinal para depois haver o encerramento. Nós não temos nada, que diga isso. É evidente que há casos, como você acabou de dizer, onde isto aconteceu e depois fechou. O que nós sabemos e este é o nosso argumento, este é o nosso argumento e é um argumento muito forte e é um argumento racional e tem a ver com os avultados investimentos que foram feitos na ligação para sul, certo? E portanto de Oliveira de Azeméis para sul, tendo em conta a eletrificação que é o mais caro. Reparem, quando nós lutamos aqui com a supressão das passagens de níveis, e lembro-me até de Oliveira de Azeméis para norte, eu lembro-me aqui de Santiago de Riba-Ul e de muitas outras freguesias em que se dizia: - Ponha-se lá uma cancela automática. E a REFER o que é que dizia? Nem pense nisso, custa muito dinheiro, não pode ser. O que aconteceu para sul é que há uma série de cancelas automáticas. E portanto, eu não consigo perceber, sinceramente? Que é quando se faz

um investimento e não foi assim há tantos anos, nós até no mandato anterior houve ainda investimentos em curso e houve situações complicadas que tivemos que resolver, até cortes, lembro-me ali de um em Macinhata da Seixa onde passava o trator e deixou de passar o trator porque havia um muro que impedia de passar o trator. E uma intransigência brutal da REFER e nunca nos foi dito nada disto. O que aconteceu agora, Deputado José Lourenço, a informação que eu tenho é o que posso dar: As chuvas deterioraram muitos dos taludes e que aquela linha assenta muito em taludes. Temos de ter coragem de dizer que a linha tal como estava servia pouco, certo? Eu falava com as pessoas e cheguei a falar com o Senhor Armindo também que é assim: Os horários eram horários completamente desadequados não dava para nada, nem para vir par as aulas, nem para vir para as empresas; A velocidade já era reduzidíssima, mas aquilo andava entre 20 e 30 e tinha aquela cena caricata de muitas vezes o revisor sair e fecha cancela, abre cancela. Aquilo era mesmo algum saudosismo. E portanto nós temos que lutar, sim, por um meio de transporte que permita uma ligação para sul e que se for necessário o potenciar da linha isso aconteça. Repare: Em Águeda esta situação é um pouco diferente porque há um fluxo de passageiros quer na ligação de Águeda, quer depois na ligação de Águeda a Aveiro é um bocadinho depois semelhante a, Oliveira de Azeméis/ Porto, Oliveira de Azeméis /Espinho. Eu próprio fiz contactos com a Câmara Municipal de Águeda, falei com o Presidente, tivemos contactos oficializados para a REFER, para A CP e continuamos à espera de resposta. Agora, fez bem em colocar esta situação. Até porque depois há, e disse bem, as oficinas na Sernada, não é? Agora, alguns estudiosos já falam: Até aqui as oficinas da Sernada eram justificação para quase tudo; Agora, já falam que, se calhar, com a eletrificação da linha, os comboios passam a ser mais modernos já não precisam daquelas manutenções que hoje são feitas na Sernada podem ser feitas noutra sítio. Mas isso já estamos na área da especulação, certo? Acho que fez bem em colocar a questão em dois planos. Porque é verdade que temos de olhar para isto assim, certo? Isto não quer dizer que fecha uma e que a outra continua aberta. O risco é igual. Temos que nos manter atentos e lutar por mais qualidade deste serviço: mais rápido; mais cómodo; mais seguro. Até porque não há dúvida, tendo em conta as questões financeiras, as questões da poluição que são muito importantes, as questões ambientais são muito importante. E o comboio é um meio alternativo, a ferrovia é um meio alternativo e tendo a linha acho que nós devemos lutar por ela e acho que é daquelas matérias que, não nos divide, aqui estamos todos de acordo e portanto procurarei naturalmente seguir isto com atenção e logo que tenha mais informações transmito à Assembleia Municipal. Muito obrigado, Senhor Presidente. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi dito: =====

===== Muito obrigado Senhor Presidente. Portanto, está encerrado o “Período de Antes da Ordem do Dia”, hoje um bocado mais extenso. O PSD gastou 30 m e 33 s, o Partido Socialista 35 m e 31 s, o CDS 5 m e 43 s e o Independente 42 s. =====

===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)** =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início à Sessão:* =====

===== **Ponto um:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município;* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as atividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos.* =====

===== *A Assembleia tomou conhecimento da referida informação.* =====

===== **Ponto dois:** *Protocolo de cooperação a celebrar com os Agrupamentos de Escolas (Programa AVES) – Aprovação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “ Considerando: - A importância para a comunidade escolar do Programa AVES “Avaliação externa de Escolas”, como instrumento de avaliação externa de escolas articulando-se com a Auto-avaliação das Escolas; - Que os Municípios dispõem de atribuições, designadamente no domínio da educação, cultura e promoção do desenvolvimento (alínea d), e) e m) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Novo Regime Jurídico das Autarquias Locais); - Que os poderes públicos, no âmbito das suas competências, devem, designadamente: assegurar o princípio da cooperação; Propõe-se: - Ao abrigo da alínea r) e u) do n.º 1 do art.º 33º conjugado com a alínea k) do n.º 2 do art.º 25º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação da minuta de Protocolo de Cooperação (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), a celebrar com os Agrupamentos de Escolas; - correspondendo aos números de compromisso de fundo disponível 4630, 4631, 4632, 4634 de 2013. – Que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou o uso da palavra ao Senhor Vereador Dr. Isidro Figueiredo, para prestar esclarecimentos à Assembleia.* =====

===== *Muito boa noite, a todos. Relativamente a esta proposta que é apresentada, para ser votada, neste ponto da ordem de trabalhos, tem a ver com uma medida a implementar nos cinco agrupamentos de escolas e que visa a melhoria da qualidade do ensino. Desde logo, porque permite um acompanhamento periódico de tudo aquilo que se desenvolve dentro da escola e, é também um instrumento acessório para a própria avaliação geral da educação que também periodicamente faz essa avaliação ao nível interno. É um instrumento que nós queremos, sobretudo, apoiar porque pretende, como disse, que haja um processo qualitativo de acompanhamento permanente e que os alunos possam ser monitorizados ao longo de cada ciclo e que se possa ter uma verdadeira noção de valor acrescentado que a escola pode trazer aos alunos. Também é certo que este projeto, que é desenvolvido pela Fundação Manuel Leão, por vezes também deteta que uma escola pode não acrescentar valor a um aluno e, portanto, nesses casos ter de se atuar precocemente de maneira a que o processo seja invertido.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Helena Lestre.* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Deputada Helena Lestre, do PSD.* =====

===== *Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores. Secretários, Senhor Presidente da Câmara Municipal e Senhores Vereadores, Deputados desta Assembleia, minhas Senhoras e meus senhores. Gostaria de destacar o contributo da Câmara Municipal para o desenvolvimento e implementação do programa AVES nos 5 Agrupamentos de Escolas do Município e que, neste ponto da Ordem de Trabalhos nos é apresentado e que deverá merecer a nossa concordância. Importa salientar a função do programa AVES, Avaliação Externa de Escolas que se orienta pela preocupação de fornecer uma informação relevante e contextualizada que permita fomentar em cada escola a análise da situação da própria escola, a deteção dos principais problemas e o início da construção de um processo de mudanças necessárias. O processo de autoavaliação é desenvolvido em três fases: 1ª Fase – Aplicação de provas de conhecimento (entrada de Ciclo: 5º ano-2º ciclo do Ensino Básico, 7º ano-3º Ciclo e 10ºano-Ensino Secundário); 2ª Fase – Aplicação de provas de Estratégias, Valores e Opinião; 3ª Fase – Aplicação de provas de conhecimento (saída de Ciclo: 6º ano; 9ºano e 12º ano). O nível dos resultados centra-se principalmente nos alunos, mas inclui também a opinião dos pais e dos professores. Em relação aos alunos avaliam-se não só as aprendizagens em algumas áreas curriculares (como Matemática e Língua Portuguesa), mas também as competências metacognitivas, as estratégias de aprendizagem e as atitudes. Além disso, os alunos manifestam a sua opinião sobre o funcionamento da escola, sobre a preparação que recebem e sobre os seus professores e os seus colegas. Os pais também expressam a sua opinião sobre o funcionamento da escola, a atenção com que são recebidos, a disciplina que há na escola, as classificações dos*

seus filhos e as atividades extracurriculares. A avaliação dos professores compreende a sua satisfação com o funcionamento geral da escola e com as condições em que realizam o seu trabalho. O esforço financeiro por parte da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis para que cada um dos 5 Agrupamentos de Escolas possam ter mais um instrumento de monitorização do trabalho desenvolvido ao longo do ano letivo através da comparticipação de uma verba de 750,00€ a cada um, totalizando 3750,00€ é sem dúvida uma excelente contribuição para um ensino de qualidade e em que as escolas verdadeiramente “acrescentem valor” aos alunos desde a sua entrada até ao momento em que concluem os seus respetivos ciclos de estudos assim como para melhor preparar os alunos e caminhar no sentido do seu sucesso e do sucesso das escolas nas suas diferentes vertentes. Pelo que votaremos favoravelmente esta proposta. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dois à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo com os Agrupamentos de Escolas (Programa AVES). =====

*===== **Ponto três:** Acordo de cooperação para a expansão e desenvolvimento da rede pré-escolar – Aprovação das transferências; =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que em conformidade com o Acordo de Cooperação para a expansão e desenvolvimento da rede pré-escolar, o Município de Oliveira de Azeméis enviou para a Direção Regional de Educação, os dados necessários à respetiva atualização anual visando a elaboração e assinatura do protocolo a vigorar durante o ano letivo 2013/2014; - Os documentos remetidos encontram-se em análise pelos serviços competentes da DREN, não sendo previsível a data da sua aprovação nem da assinatura da renovação anual do protocolo; - Que se torna premente garantir o funcionamento dos diversos serviços da Componente de Apoio à Família, nomeadamente os que foram delegados pelo Município nas Juntas de Freguesia através de protocolos de delegação de competências, propõe-se: - A transferência de verbas mensais devidas às entidades que estabeleceram com o Município protocolos para a execução do serviço de apoio à família no Ensino Pré-Escolar, entre Setembro de 2013 e Julho de 2014, podendo os mesmos serem revistos à luz do novo enquadramento legal, sem prejuízo de se manter os seus efeitos retroagidos ao ano letivo 2013/2014, convalidando-se todos os atos e pagamentos/transferências que ocorram; - Que quaisquer alterações introduzidas posteriormente pela DREN, ou ajustamentos que se tornem necessários, venham a ser introduzidos a seu tempo, de acordo com as indicações e regulamentação supervenientes; - O pagamento dos valores indicados às entidades constantes da lista, a que corresponde um valor mensal de 18.471,82 €; - Que se remeta à Assembleia Municipal para a respetiva autorização de assunção de compromissos plurianuais daqui resultantes.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Vereador Dr. Isidro Figueiredo, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Eu creio que a proposta em si é explicativa, portanto para viabilizar o acordo de cooperação para a expansão de desenvolvimento da rede pré-escolar. E portanto são um conjunto de verbas, que têm de ser aprovadas para serem transferidas para as instituições com quem temos acordos.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Jorge Paiva.*

===== *O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Jorge Paiva, Presidente da Junta de Freguesia de Fajões.* =====

===== *Senhor Presidente é mais uma mera informação, do que uma questão. Atendendo a que não tomei ainda noção como é que funcionam estes protocolos, se for possível Senhor Presidente uma informação, porque é que a pré-primária de Fajões ou as escolas básicas não têm nada aqui contemplado? Eu sei que existem algumas carências de miúdos. Ou se existe outro protocolo com alguma instituição e não está contemplado aqui?* =====

===== *Para dar resposta à intervenção anterior, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Vereador Dr. Isidro Figueiredo.* =====

===== *Simplesmente, porque não tem acordo com nenhuma instituição. Estamos a falar nomeadamente na componente de apoio à família e etc.. Logo que haja necessidade de se fazer ou de se implementar este serviço será feito o novo acordo.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número três à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a assunção de compromissos plurianuais resultante da transferência de verbas mensais devidas às entidades que estabeleceram com o Município acordos de cooperação para expansão e desenvolvimento da rede pré-escolar.* =====

===== **Ponto quatro:** *Plano Municipal para a Igualdade e Responsabilidade Social – Aprovação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que a igualdade entre homens e mulheres é um dos princípios da Constituição da República Portuguesa (art.º13º), sendo a sua promoção uma das tarefas fundamentais do Estado (art.º 9.º), e especificamente uma responsabilidade cometida à Administração Pública; - O papel essencial da Administração Local na eliminação de tais desigualdades e discriminações, pela sua relação*

de proximidade com as populações que serve, integrando a perspectiva da igualdade de género de modo transversal a todas as áreas de intervenção política e pública a nível local; - “A igualdade das mulheres e dos homens é um direito fundamental para todos e todas, constituindo um valor capital para a democracia. A fim de ser completamente conseguido, não é suficiente que este direito esteja legalmente reconhecido, sendo necessário o seu efetivo exercício em todos os aspetos da vida: política, económica, social e cultural” (Carta Europeia para a Igualdade das mulheres e dos homens na vida local); - A constituição de um grupo de trabalho interno e interdisciplinar com vista a implementar o Projeto de Igualdade de Género e Responsabilidade Social, mais concretamente uma cultura organizacional igualitária e de responsabilidade social (procedendo ao levantamento, diagnóstico, elaboração de plano de ações e concretização de medidas/práticas de integração da dimensão de género ao nível da autarquia e organizações da Rede Social); - Que em 24 de outubro do ano corrente, se comemorou o Dia Municipal para a Igualdade; - A importância crescente da promoção da conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal, face à atual situação económica e social do país e mais concretamente das famílias e medidas severas de austeridade a que estão sujeitas, devendo dar-se prioridade à criação de condições de paridade na harmonização das responsabilidades profissionais e familiares, bem como prevenir a violência de género (incluindo a violência doméstica), e combate a todas as formas de discriminação; - Que os municípios dispõem de atribuições, designadamente, nos seguintes domínios: educação, ação social, promoção do desenvolvimento, cooperação externa (alínea d), h), m) e p) do n.º2 do art.º 23º do Anexo I, da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro (Novo RJAL); - Que compete à Câmara Municipal “Assegurar a integração da perspectiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais para a Igualdade (alínea q), do n.º1 do art.º 33º da mesma lei); - Que o Plano Municipal para a Igualdade de Género enquadra-se no IV Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e Não-Discriminação 2011-2013 (Área Estratégica 1 – Integração da Dimensão de Género na Administração Pública Central e Local), sendo este um instrumento de políticas públicas de promoção da igualdade entre homens e mulheres, propõe-se: - A aprovação do Plano Municipal para a Igualdade e Responsabilidade Social, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, em conformidade com a alínea k) do n.º1, do art.º 33º do Anexo I, da citada Lei n.º75/2013; - Que se remeta à Assembleia Municipal em cumprimento do disposto na alínea h) do n.º1, alínea k) do n.º2 do art.º 25º conjugado com a alínea a) do n.º1 do art.º 33º do Anexo I, do mesmo diploma atrás citado.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado. Senhor Presidente, nós já no período de “Antes da Ordem do Dia” fizemos uma abordagem, através da intervenção da Senhora Deputada Ana Neves e depois eu próprio também dei algumas explicações, se calhar não estava a maçar os Senhores

Deputados Municipais com uma apresentação exaustiva. Como disse, é um Plano. Felizmente que o Município de Oliveira de Azeméis aceitou a fazer este Plano, recolheu muitas sugestões e houve muito trabalho da Rede Social, das nossas IPSS's, dos nossos técnicos, de funcionários da autarquia e portanto demorou algum tempo. E agora, julgamos que é um Plano muito interessante, tendo em conta os sinais de cidadania que se dão com estas matérias. Mas, fundamentalmente, como eu disse há pouco, mais do que o Plano é preciso criar forma de o executar no terreno, porque o diagnóstico está feito, está bem feito e agora temos de encontrar as medidas e aplicar as medidas. E para isso ter também a componente financeira que é muito importante em algumas matérias, não é em todas, porque algumas questões não são com dinheiro que se resolvem nomeadamente a alteração das mentalidades, é preciso transformações do ponto de vista de mentalidades e de questões culturais que demoram anos a vencerem-se, mas estes planos também ajudam a ultrapassar estas dificuldades. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Helena Santos. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Deputada Helena Santos, do PS. =====

===== Muito boa noite a todos. Cumprimento, sem discriminação, todas as pessoas da sala. E até porque vou-me pronunciar precisamente sobre um Plano de Igualdade e Responsabilidade Social. Vou tentar ser breve. Penso que, este documento é um documento importante e útil para o Município, para toda a comunidade. Ele não me foi de grande fácil leitura até porque é bastante extenso mas, de qualquer forma, recomendo que o leiam atentamente porque ele, efetivamente, dá-nos informações muito úteis, não só pelo Plano em si, mas também o outro documento, porque são dois documentos - O documento de Diagnóstico Organizacional e o Autodiagnóstico, que nos permite ter informações úteis não só de ações que se têm passado no Município mas sobretudo a opinião que os funcionários têm sobre esta matéria. Vou tentar ser concisa em algumas opiniões que vos queria aqui manifestar. E começo precisamente pelo documento de Diagnóstico: Se me permitem, não está cá a Conselheira para a Igualdade, eu queria até felicitar, teve que se ausentar. E até temos por acaso aqui uma mesa bem representativa da necessidade que há de investir bastante nesta matéria, até porque temos aqui oito homens guardados por duas mulheres em cada extremo da mesa, portanto só aqui já se percebe como é que vai a Igualdade nestas matérias. Mas dava nota aqui (página 31) se me permitem, a quem quiser tomar nota disso, porque não tem a ver propriamente com comentários ao conteúdo, mas mais à estrutura, porque se repetem em dois parágrafos e portanto há aqui algumas coisas que precisavam de ser revistas porque, enfim, o documento convém que esteja... Onde diz: - "Avalia o grau/índice de Responsabilidade Social...", repete-se no parágrafo seguinte. Este diagnóstico foi feito baseado em questionários e vai-nos dando informações uteis,

como eu estava a dizer, e volta a haver na página 37, isto são deixas que eu estou a dar porque acho que podem ser uteis, na página 37 volta a haver também repetição de outro parágrafo, que é o parágrafo final que repete “ Na faixa etária dos 50,” eu já não vou fazer mais nenhum repara a repetições, mas há aqui algumas coisas que podem ser emendadas. Aqui, precisamente na página 37, constamos logo na questão dos recursos humanos ao nível do género realçamos que o sexo na faixa etária dos 30 aos 39 anos, prevalece o sexo feminino. Aliás, percebemos que a nível do Município até nem há, dentro do Quadro, grande desigualdade. Não vou aqui perder muito tempo com isto mas, penso que era importante analisar, porque há aqui coisas muito interessantes. Vou agora fazer aqui algumas notas sobre aspetos que eu penso que são pertinentes. Por exemplo, chamou-me à atenção desta questão, aqui, da página 40, do diagnóstico, que diz respeito às faltas/ausências ao trabalho: Surpreendeu-me este número enorme de 4408 dias de ausência para os homens e 3898 para as mulheres. Dito assim só, pode não quere dizer nada. Mas eu acho que isto depois merece alguma atenção e perceber porque é que isto acontece. E também, já agora, vou deixando algumas notas depois para o Plano, porque não vi no Plano nenhuma medida propriamente para atuar neste fenómeno e neste tipo de desigualdade. Avançando, aqui no capítulo do - Desenvolvimento Humano e Formação no Local de Trabalho (página 49): Da análise do quadro, tivemos aqui um total de 2994 horas despendidas em formação abrangendo um total de 289 participantes mas, depois, o quadro não nos diz, e acho que era importante que o referisse já que estamos sempre a falar desses aspetos, quem foram os homens ou mulheres que frequentaram estas formações, aqui, acho que era importante e pertinente que fosse dito porque isso é sempre referido nos quadros anteriores e aqui, não sei porquê, não foi. De registar que, o MOA registou um investimento em formação de 6.615,00€, no ano de 2012. Avançando: Nós vamos vendo ao longo destes capítulos todos, as várias áreas, os vários eixos sobre o qual se foi trabalhando e também vamos acompanhando aquilo que o Município já fez nas diversas áreas. Na página 58, entramos no capítulo - Práticas Operacionais Justas - Este capítulo diz respeito a questões de práticas que surgem em áreas como a anticorrupção, o envolvimento responsável na esfera pública, a concorrência justa, a conduta socialmente responsável e o respeito pelos direitos de propriedade. E sobre isto não há nada aqui discriminado. E eu pergunto, porque é que não há nenhum desenvolvimento nesta matéria? A mesma coisa acontece na página 59, que diz respeito ao - Envolvimento e Desenvolvimento da Comunidade - Já aqui, pelo que eu tentei perceber, isto depois vem discriminado em quadros seguintes. Mas fiquei também com algumas dúvidas. Passando agora para o Autodiagnóstico: Só dar-vos a nota, de que, realmente, no que diz respeito à Igualdade de Género e aos resultados de Autodiagnóstico no Município de Oliveira de Azeméis, os resultados colocaram-nos no Mediano. Isto é: Significa que o organismo situado neste patamar já começou a implementar um conjunto de práticas sobre a igualdade de género e conciliação entre vida profissional e familiar, não tendo estas ainda grande expressão nas práticas e políticas de gestão. Futuramente, o organismo deverá preocupar-se em promover uma transversalização progressiva dos princípios da igualdade de género, dando prioridade à sua

implementação. Portanto, efetivamente, temos aqui muito trabalho para fazer. E acho que, isto, realmente, é transversal e implica-nos a todos. Depois, mais à frente, o diagnóstico é feito também a Entidades Externas - Rede Social e Tecido Empresarial: E aqui são descritas as várias entidades que inclui a Rede Social, quem foram as implicadas no questionário e nota-se que há uma boa participação, enfim, podia ser melhor, mas das 69 entidades que compõem a Rede Social houve 26 repostas, o que correspondeu a uma percentagem respostas de 37,68%. Já no Tecido Empresarial penso que o nível de resposta já não foi assim tão bom, o que nos permite ficar com algumas reservas em relação ao resultado da amostra, já que, dos 250 questionários, foram validados 16 o que correspondeu a uma percentagem de retorno de 6,4%. Agora, sobre a análise destas questões: Eu salientava aqui um aspeto que me pareceu pertinente, na página 87, que diz respeito a uma das questões sobre (último parágrafo): As respostas vieram no sentido de que: Estas entidades externas discordam que as acessibilidades e redes de transporte do município facilitam a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, pelo que este é um dado importante para ser trabalhado em termos de políticas públicas. Temos falado muito sobre esta situação. Aliás, responde muitas vezes (como todos já temos dito) à necessidade, responde muitas vezes aos problemas que já tem aqui sido várias vezes colocadas na área da saúde, todos nós sabemos que a proximidade dos serviços depende muito do meio de transporte que as pessoas têm para chegar até eles. Agora, a nota aqui importante não é só essa. É que, depois, eu no Plano não vejo nenhuma medida que contemple precisamente esta matéria. Não sei se ela vai ser contemplada noutra área, que não este Plano. O que é certo, é que está aqui e, não aparece nenhuma medida contemplada no Plano. Vou avançando mais e frisava só das conclusões e recomendações que: “O MOA surge-nos como organização onde persistem uma estrutura e cultura ainda marcadas pela desigualdade de género, existindo postos de trabalho, categorias profissionais e tarefas com um claro perfil feminizado e outros masculinizado.” Portanto há efetivamente aqui um trabalho grande e importante a fazer. Passando agora ao Plano. Tenho algumas coisas a dizer sobre o Plano. O Plano parece-me ambicioso, toca aqui uma série de eixos e de áreas, está bem esquematizado. Mas, depois, há aqui aspetos que têm realmente de ser revistos. Porque quando entramos propriamente na operacionalização do Plano, que até tem um cronograma bem desenvolvido e de acordo com as medidas que pretendem ser tomadas, verificamos que: Os indicadores, não são verdadeiros indicadores, têm quase todos de serem revistos; E as metas, que (página 9 do Plano) nos aparecem, as primeiras ações, com metas de 100%. Eu acho que isto é francamente ambicioso, eu não me arrojaria a desenhar um Plano destes para cumprimento a 100%. Se conseguirmos 85%, 90% já estamos a ser excelentes, 100% é uma coisa assim que me parece exagerado. E porque é que falo dos indicadores que não me parecem estar muito bem? Aliás, não estão. Porque efetivamente ao longo do Plano, a certa altura, também vos quero dizer que depois das primeiras três metas, se repararem, vamos virando as páginas e já não nos aparecem metas nenhuma. Portanto, ainda não foram traçadas as metas, pergunto eu? Sei que este Plano também é um Plano que está sempre em construção e vai ter que ser desenvolvido. Mas, nós

vamos aprovar, porque a matéria é importante e pertinente. Mas no conteúdo teríamos que exigir que ele fosse melhorado e até gostaríamos depois que nos enviassem o Plano com as situações discriminadas. Aparecem depois, mais à frente, na página 14, aí sim, dois indicadores que estão bem enunciados: Diz respeito a números documentos. – Isto é, fomentar a utilização de uma comunicação escrita promotora da Igualdade entre homens e mulheres. Isto é importante, é interessante. O indicador: - Número de documentos que adotaram esta medida / Número total de documentos produzidos. É assim que se define o indicador. Está muito bem. A meta: 100%? Continuo a achar que isto é muito ambicioso, então, no que toca a documentos. Isto depois repete-se mais e não vou bater aqui mais nesta questão porque este problema vai acontecendo transversalmente ao longo de todo o documento e, as metas, isto vai ter que ser tudo revisto. Sobre o cronograma, não me vou pronunciar. Mas, chamava a atenção agora para a página 29, em que diz precisamente: –“Competirá à Conselheira Local para a Igualdade (que eu gostaria aqui de felicitar e felicito na mesma, embora ela aqui não esteja) proceder á monitorização do presente Plano. Os instrumentos utilizados para concretizar esta avaliação consubstanciam-se na realização de relatórios de progressos intermédios anuais e de um relatório final que abranja o período da sua vigência (para o triénio de 2014-2016), e que estabeleça de forma clara e inequívoca a relação entre os indicadores e os objetivos estabelecidos (os chamados, Metas).” Neste sentido, o documento não está em condições de a Senhora Conselheira poder fazer este trabalho. É este o meu contributo, de qualquer forma felicito e a Bancada do PS naturalmente que vai aprovar este Plano, está iniciativa, mas gostaríamos que o Plano depois nos chegasse de uma forma mais correta. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Agradecer naturalmente os contributos dados pela Dr.^a Helena Santos. E dizer-lhe que, eu na intervenção inicial não o fiz mas, a frase mais utilizada, há aqui pessoas dentro da sala que estiverem presentes, quando ele foi apresentado e discutido, a Dr.^a Rosa Oliveira da Comissão de Igualdade e Género a frase que ela mais utilizou durante a tarde foi: “ O caminho faz-se caminhando.” E eu acho que essa frase se aplica claramente até à intervenção que, a Senhora Dr.^a Helena Santos, fez. Naturalmente que, o caminho faz-se caminhando e é um conjunto de situações aqui que vão ser evolutivas, isto não estático, é um Plano, é um Plano ambicioso mas ao mesmo tempo realista e eu acho que vai ser concretizável. Em 2016 cá estaremos para picar ponto a ponto e ver o que não foi e o que não foi feito. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quatro à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar o Plano Municipal para a Igualdade e Responsabilidade Social. =====

===== **Ponto cinco:** *1.ª Revisão ao Plano Plurianual das Atividades Mais Relevantes – Aprovação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: ““No âmbito do procedimento de aquisição relativo à prestação de serviços de medicina no trabalho, com efeitos reportados a 30/7/2013, torna-se necessário modificar o valor dos encargos para anos seguintes previstos no Plano Plurianual das Atividades Mais relevantes. Assim sendo os valores passam a ser os seguintes: Rúbrica da despesa 020222 - Serviços de Saúde: 2014 - 11.700,00€; 2015 - 11.700,00€; 2016 - 8.800,00€.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Senhor Presidente, estamos a falar de uma mera alteração contabilista e da necessidade de a aprovar em sede Assembleia Municipal.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número cinco à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a 1ª Revisão ao Plano Plurianual das Atividades Mais Relevantes.* =====

===== **Ponto seis:** *Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis – Pedido de isenção total de taxas, incluindo a taxa mínima de utilização (cedência do Cine-Teatro Caracas) – Aprovação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando - Que, na sequência da aprovação da cedência do Cine-Teatro Caracas para a realização de um espetáculo no dia 06 de dezembro de 2013 e isenção de taxas de locação, foi solicitado pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis a isenção total de taxas previstas em Regulamento Municipal (E/33038/2013); - O papel preponderante da AHBVOAZ na proteção das vidas e bens no Município de Oliveira de Azeméis; - Que a AHBVOAZ é uma instituição considerada de utilidade pública; - A importância do associativismo, o voluntariado dos Bombeiros Voluntários e o papel primordial que lhes é atribuído no âmbito da Proteção Civil, é do interesse público a viabilização das suas ações; - A presença sempre de um seu piquet de prevenção contra incêndios nos espetáculos realizados no Cine-Teatro Caracas. - O disposto no n.º2 do art.º 7º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cine -Teatro e tabela Anexa ao mesmo; - O Regulamento e Tabela de Taxas, Licenças e outras receitas do Município de Oliveira de Azeméis que no seu art.º 6º prevê*

isenções de taxas e outras receitas municipais previstas no citado Regulamento às pessoas coletivas de utilidade pública, propõe-se: - A aprovação da isenção do valor total de taxas devidas ao Município, inclusivamente a taxa mínima de utilização, prevista no n.º 2 do art.º 7.º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cine-Teatro e tabela Anexa ao mesmo. - Que se remeta a mesma para aprovação da Assembleia Municipal, em cumprimento do n.º1 do art.º 6.º do Regulamento e Tabela de Taxas, Licenças e outras receitas do Município de Oliveira de Azeméis e n.º2 do art.º 12.º n.º 2 da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro e posteriores alterações (LFL).” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado, Senhor Presidente. Isto foi um espetáculo, que já se realizou, no Cine-teatro Caracas, organizado pelos Bombeiros Voluntários. E a necessidade de ter que ser aprovado em sede Assembleia Municipal é porque há isenção total. Nós entendemos que este espetáculo é um espetáculo de solidariedade de angariação de fundos para os Bombeiros e pela causa nobre que apresentam entendemos isentar em reunião de câmara mas, tem que ser ratificado também em Assembleia Municipal. Aqui, mais do que aprovação, estamos a ratificar, porque o espetáculo já decorreu.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número seis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada, isentando a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis do valor total de taxas devidas ao Município, inclusive a taxa mínima de utilização (cedência do Cine-Teatro Caracas).* =====

===== **Ponto sete:** *Carlos & Luz – Pedido de isenção de taxas pela ocupação do espaço público em obras de reabilitação urbana – Aprovação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: 1. O pedido de isenção de taxas formulado através do E/28298/2013, relativo à ocupação do espaço público por motivo de obras (demolição e reconstrução de edifício), cujo valor rondará 6.700€; 2. A política municipal de reabilitação urbana, patente na aprovação da Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro da Cidade de Oliveira de Azeméis, que inclui os critérios subjacentes à delimitação da área abrangida, os objetivos estratégicos a prosseguir e a respetiva planta com a proposta de delimitação; 3. Que esta obra se enquadra na ARU da cidade e nos propósitos subjacentes à estratégia de reabilitação urbana que a CMOA pretende promover; 4. Que o pedido solicitado integra o conjunto de incentivos que a CMOA irá*

aprovar brevemente para promoção da reabilitação urbana, proponho: A aprovação do pedido de isenção de taxas relativas à ocupação do espaço público por motivos de obras, formulado através do E/28298/2013.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Eu vou procurar sucintamente dar nota do que é que estamos aqui a aprovar em sede Assembleia Municipal. Estamos a falar de um investimento que está a ser feito na rua Fernando Paul. E estamos a falar daquela casa que foi deitada abaixo e que provocou o encerramento da via, estamos a falar, para todos nos situarmos, em frente à Indumed (passe a publicidade). E portanto estamos a falar de uma solicitação de isenção de taxas e que, de alguma forma também, vem ao encontro da nossa área de reabilitação urbana e das apostas que queremos fazer para o futuro. Que sirva também de incentivo aos investidores sentirem que há sensibilidade do Município também para isenção de taxas, quer de ocupação e de outras taxas tendo em conta a requalificação urbana que bem precisamos. Também temos alguns edifícios nossos, da Câmara Municipal, naturalmente, mas que isto sirva de incentivo também aos privados para fazerem requalificações, boas requalificações, é uma grande aposta para o futuro e portanto aqui fica também um sinal, este foi o caso que agora nos apareceu e que foi solicitado e nós entendemos que é interessante e de bom-tom isentar este promotor destas mesmas taxas, Senhor Presidente. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Nuno de Jesus. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado Nuno de Jesus, do PS. =====

===== Boa noite a todos. Cordiais saudações a todos os presentes. Todos nós, os eleitos presentes nessa Assembleia Municipal, fomos incumbidos de zelar pelo interesse público não só dos eleitores mas de todos os Oliveirenses. Neste ponto, da Ordem de Trabalhos, somos chamadas a apreciar um pedido de isenção de taxas de ocupação de espaço público, numa rua da nossa cidade rica em edificado histórico que, segundo a proposta rondará os seis mil e setecentos euros (6.700,00€). Este espaço público configura o somatório de alguns metros quadrados de passeio e quatro lugares de estacionamento cujo valor poderá ser inflacionado se a concessionária do estacionamento não abdicar das receitas daqueles lugares pelo período proposto (12 meses). Tendo, nesse caso, a autarquia que compensar a concessionária pela perda de receitas na respetiva proporção da participação. A proposta que nos é apresentada informa-nos que estamos perante um projeto de construção cujo processo é de 2011, logo

anterior ao atual projeto de reabilitação urbana, ao qual o promotor pretendeu apenas dar início agora. Significa isto que a intenção de construção não teve como princípio orientado nenhum projeto de reabilitação urbana, suportando-se o pedido de isenção em pressupostos que ainda não estão totalmente definidos e que são os incentivos para a promoção da reabilitação urbana. Temos como definição de reabilitação urbana: O processo de transformação do solo urbanizado, compreendendo as obras de construção, reconstrução, alteração, ampliação, demolição e conservação de edifícios, com o objetivo de melhorar as condições de uso, conservando o seu carácter fundamental, bem como o conjunto de operações urbanísticas e de loteamento e de obras de urbanização, que visem a recuperação de zonas históricas e de áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística. Relativamente a este efetivo e grande desígnio da nossa cidade, a reabilitação do seu centro, que finalmente o executivo colocou na sua agenda, apenas temos como base de trabalho a definição da área de reabilitação urbana, os critérios subjacentes à sua delimitação e os objetivos gerais estratégicos. Não temos, ainda, as regras e regulamentos específicos, nem mesmo o conjunto de incentivos que enquadrem todas as intervenções no património edificado, de forma a preservar as suas características históricas e identidade, com sejam: a volumetria; número de pisos; a qualidade de matérias; a estética das fachadas e outras, e refiro apenas a situações em que há demolição e construção de novos imóveis como é o caso em apreço. Esta proposta não apresenta informação relevante, relativamente ao projeto em causa, que nos permita fazer uma avaliação, mesmo que à condição, hoje e sem as regras definidas, da sua qualidade urbanística para a área da cidade em causa. Não estando em causa, repito, não estando em causa a iniciativa deste promotor, que todos saudamos e esperamos que seja uma entre muitas, esta proposta deveria vir ao crivo da Assembleia Municipal, se assim fosse necessário, depois de definidas com rigor as regras a cumprir, para que os projetos de reabilitação urbana, respeitando-as, pudessem beneficiar de merecidas e justificadas isenções. Assim, posto isto, a Bancada do PS irá abster-se na votação desta proposta. Aproveito e termino mesmo, para desejar a continuação de Boas Festas a todos os presentes. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== Muito obrigado. Senhor Presidente, sem estar aqui a entrar em muitos pormenores, dar nota que: As preocupações com a cércea, o respeito pelas fachadas, as cores e os materiais a utilizar estão bem definidos e vai haver esse acompanhamento. Deixe-me dizer-lhe o seguinte, Senhor Deputado, Nuno de Jesus, tomara eu trazer a todas as Assembleias Municipais situações destas, que era sinal que a reabilitação urbana da cidade estava ser feita na cidade. E portanto, quando estamos a isentar, estamos também de alguma forma a promover e a incentivar essa mesma recuperação imobiliária que todos desejamos, que todos falamos mas, quando depois chega a este momento temos sempre a tendência par pensar em mais alguma

coisa. Mas aqui, deixe-me dizer-lhe, que a Câmara Municipal ficaria confortável se a todas as Assembleias Municipais pudesse trazer um projeto destes, era bom sinal. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número sete à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar a isenção de taxas pela ocupação do espaço público em obras de reabilitação urbana à firma Carlos & Luz, com a seguinte votação: - A favor: dezassete votos do PSD e três votos do CDS/PP; - Abstenções: dezasseis votos do PS. =====

*===== **Ponto oito:** Desafetação do domínio público de parcela de terreno sita na Travessa do Calvário, Oliveira de Azeméis – Aprovação; =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que é da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal deliberar sobre a desafetação de bens do domínio público municipal, ao abrigo da alínea ccc) nº 1 do artigo 33º, conjugado com a alínea q) nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 setembro; - Que, por força da construção do IC2, um troço da Travessa do Calvário (antigo caminho público), em Oliveira de Azeméis se encontra atualmente desativado, proponho: Ao abrigo do disposto na alínea ccc) nº 1 do artigo 33º e para efeitos do determinado na alínea q) nº 1 artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, seja deliberado pelo Executivo Municipal a intenção de desafetar do domínio público a seguinte parcela de terreno, para integração no domínio privado municipal: - Parcela de terreno com a área de 89,50 m2, sita na Travessa do Calvário, Oliveira de Azeméis, conforme planta, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, e com as seguintes confrontações: Norte com o IC2, Sul com Rua do Calvário, Nascente e Poente com Augusto Nunes da Costa.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara delegou no Senhor Vice-Presidente, Dr. Ricardo Tavares, o uso da palavra, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito boa noite, a todos. Relativamente a esta proposta, trata-se de um troço de um antigo caminho público que ligava no passado o Calvário a Lações e que por força da construção do IC2 encontra-se totalmente desativado e desemboca num terreno privado. Portanto, por só dar acesso a um proprietário de um terreno privado, não tem qualquer interesse para o município, porque ninguém passa por esse local. O proprietário, dessa edificação, propôs-se a adquirir esse troço, que no fundo corresponde a 89,50 metros e que faz parte da Travessa do Calvário. E para esse efeito importa desafetar do domínio público do município e passar para o domínio privado, para depois se fazer posteriormente a alienação.

Foi aprovado em reunião de câmara. Foi publicado um edital, a dar conhecimento desta intenção do município de desafetar do domínio público para o domínio privado. E portanto isto carece da aprovação da Assembleia Municipal que é a última etapa para esse fim. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número oito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a desafetação do domínio público para integrar no domínio privado municipal, da parcela de terreno, sita na Travessa do Calvário, freguesia de Oliveira de Azeméis. =====

*===== **Ponto nove:** Proposta de proibição de estacionamento na Rua Professor Arnaldo Costeira em Oliveira de Azeméis – Aprovação; =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Que, nos termos da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); Que, bem assim, também lhe compete “Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos” (art.º 33.º, n.º 1. Alínea r); Tendo em conta que se torna necessário ordenar o estacionamento na Rua Professor Arnaldo Costeira de Oliveira de Azeméis, para tornar a circulação rodoviária mais segura e tendo em conta que se trata de uma zona em curva e com construção marginal a face. Propõe-se: Que seja implementada uma marca rodoviária M12 (linha continua amarela), de forma a proibir o estacionamento. A implementação da marca deve ser materializada no local indicado na planta, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março. Mais proponho para efeitos do art.º 25.º, n.º 1. Alínea g) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a remissão da proposta a Assembleia Municipal.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado. Senhor Presidente, estamos a falar, como há pouco também disse ali em frente à Indumed (passe a publicidade), agora estou a falar, em frente ao Remédio Santo, aquele bar e aquela rua que depois não tem saída e a alguns problemas e constrangimentos que ali acontecem, de vez em quando. E portanto tem a ver com as necessidades que as próprias autoridades, nomeadamente a GNR, nos falou relativamente à colocação desta sinalização. E também como há lá um proprietário que protesta habitualmente com situações que ali ocorrem

naquela rua e colocou lá também uns dispositivos em cimento por iniciativa própria. E como vocês sabem não pode cada um de nós colocar a sinalização á porta de nossa casa como bem nos apetece e portanto há aqui a necessidade de normalizar isso e portanto isto já foi tratado com as autoridades e temos de aprovar isto aqui para podermos agir em conformidade. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número nove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto dez:** Proposta de criação de três lugares de estacionamento junto à casa mortuária, Cucujães – Aprovação; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); Que, bem assim, também lhe compete “Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos”, (art.º 33.º, n.º1, alínea r); Tendo o número 3, do artigo 4.º, do Regulamento sobre Estacionamento e Paragem de Veículos no Concelho de Oliveira de Azeméis, a Câmara Municipal pode definir lugares para estacionamento de cargas e descargas de mercadorias e outros, cuja utilização fica reservada aos mesmos. Propõe-se: Que sejam criados três lugares de estacionamento, para carros fúnebres, junto da casa mortuária de Cucujães. Os lugares deverão ser identificados através de sinal vertical H1a (Estacionamento autorizado), com placa duas placas adicionais, uma modelo M11a com a inscrição “3 Lugares / Carros Fúnebres” e uma placa adicional modelo M3a (painéis indicadores do início ou fim do local regulamentado), estes lugares deverão situar-se na rua Abade João Domingos Arede, no sentido sul norte, junto da Capela Mortuária. Estima-se que esta intervenção tenha um custo de 118,06 €. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março. Mais propõe-se para efeitos do art.º 25.º, n.º1, alínea g) da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, a remissão da proposta a assembleia municipal.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Senhor Presidente, muito obrigado. O Senhor Presidente da Junta de Cucujães está ali e seguramente que reconhece também esta necessidade. Aliás, isto vem na sequência de

um pedido da Junta de Freguesia e portanto temos de aprovar em sede de Assembleia Municipal. O movimento à volta da capela mortuária não é desejável por ninguém mas, infelizmente acontece e há necessidade de ajustar, porque às vezes os carros têm dificuldade em se movimentar e mesmos os carros funerários não têm lugar para estacionar. Portanto é uma necessidade.=====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos.*=====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dez à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto onze:** *Comissão Toponímia – Designação de três representantes.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra para dizer:* =====

===== *Eu tenho aqui a proposta que engloba as três bancadas, ou os três deputados eleitos pelos respetivos partidos com assento nesta Assembleia e que propõem integrar os elementos: Carlos Costa Gomes, pela bancada do PSD; José Ramos, pela bancada do Partido Socialista e Jorge de Melo Pereira, pela bancada do CDS/PP. Alguém tem alguma objeção? Não havendo ficam designados, para integrar a Comissão de Toponímia para o presente mandato autárquico, os seguintes Membros da Assembleia Municipal: Prof. Carlos Costa Gomes (PSD), José Ramos da Silva (PS) e Jorge Paulo de Melo Pereira (CDS/PP).* =====

==== **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Leonel Martins.*=====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor ao Senhor Professor Leonel Martins, residente na União das freguesias de Oliveira de Azeméis /Santiago de Riba-Ul / Ul / Macinhata da Seixa / Madail.* =====

===== *Eu sou assinante do Correio de Azeméis e, no número que agora não sei precisar, li uma carta onde era posta em causa a respeitabilidade do Presidente da Assembleia Municipal - Dr. Jorge. O que estava posta em causa não era a figura do Senhor Doutor, mas sim a do Senhor Presidente da Assembleia Municipal que, creio eu, estava lá representar a Autarquia, creio que, com o Presidente da Câmara. O que vinha lá descrito, não era nada digno para alguém que exerce um cargo, uma função de Presidente de uma Assembleia Municipal. E eu perante os dados que vi lá, eu, como munícipe, entendi que o Senhor Presidente da Assembleia*

Municipal, perante os factos que vinham relatados nessa notícia só tinha uma solução (aliás, que foi apresenta aqui pelo Senhor Dr. Carlos) que era de ele se demitir. Posteriormente, vi, li, nesse mesmo jornal, uma carta, um comunicado, do PSD local, onde dizia que, os senhores autores dessa carta não eram membros do Partido Social Democrata. O que põe em causa a veracidade da carta publicada anteriormente. Eu creio que um dos deveres jornalísticos é o de informar corretamente os leitores. E que quando surge qualquer dúvida relativamente ao teor de uma carta, de qualquer notícia que é comunicada aos jornais esse mesmo jornal tem por obrigação e até por uma questão de respeito, pelo menos, para os assinantes, para os leitores como é o meu caso que leio regularmente o jornal, de, constatar, verificar a veracidade da carta. Ou seja, de tomar uma posição pública e dizer: - Olha, realmente a carta que veio não corresponde à realidade, nós fomos enganados e, por tal facto, pedimos desculpa. Que é uma coisa normal que se vê. Até demarcar-se dessa mesma carta. Que é uma coisa normal que se vê nos jornais diários. Isso não aconteceu no jornal. De forma que eu fiquei na dúvida. E quem diz eu na dúvida, diz muitos cidadãos de Oliveira de Azeméis. Aqueles que não acompanham estas jogadas políticas. E, eu quando vim aqui a esta Assembleia, eu vinha questionar precisamente o Senhor Doutor se era verdade ou não? Mas, depois, apercebi-me pelo desenrolar da Assembleia que houve aqui testemunhos de três Senhores e vamos confiar na palavra dessas pessoas, que estiveram presentes no tal jantar e que testemunharam a veracidade da intervenção do Dr. Jorge e ele também interveio, o que quer dizer que aquele comunicado não corresponde à verdade. De forma que, perante esse facto, eu suponha e estou a falar novamente como munícipe e nada mais do que isso, eu suponha que houvesse uma posição de unanimidade relativamente a essa carta que procurou apenas desprestigiar o Presidente da Assembleia Municipal. E, curiosamente, depois, até me apercebi que, o Senhor Presidente, o Dr. Jorge tinha falado com líder da bancada do PS, um mês antes e que lhe tinha dito o que se tinha passado. E que o PS, desculpem lá. Mas o PS em vez de averiguar, durante um mês, se o Senhor tinha dito a verdade ou não? Porque o que estava em causa era o Presidente este Organismo. Não estava em causa uma pessoa. Estava em causa o Presidente. Os senhores tiveram um mês para ver se, o que este Senhor disse, era verdade ou não? Se a carta era verdade ou não? E os senhores chegam aqui e dizem: - Que isto é uma questão de justiça, os Tribunais. Não. Os Senhores deviam ter tratado disso. E chegar aqui dizer: Desculpe lá mas, o Senhor é um aldrabão, você fez isto e isto, você tem que se demitir. Ou então dizia assim: - Sim senhor, o Senhor tem razão. Vamos pôr de lada questões político/partidárias, vamos fazer jogo limpo e dizer assim: - Olhe, realmente, o Senhor tem razão, quem escreveu a carta é uma pessoa indigna. Tanto mais que, pelos visto, jogou com o nome de pessoas que nem lá estiveram. E era a posição correta do PS. Era essa. Era dizer assim: - O Senhor tem razão e nós estamos do seu lado. E por tal facto, nós aprovamos a proposta. E futuramente, sempre que haja uma atitude destas, seja um voto de indignação. E eu queria que, neste próximo mandato (4 anos), esta assembleia, desculpem eu falar com sinceridade, esta assembleia municipal que não tem nada de assembleia municipal. Mas para mim, eu já disse isto, isto é um clube de meia dúzia de iluminados que vêm para aqui falar sobre

assuntos e é às vezes chover no molhado. Um, diz que é para a esquerda, outro, diz que é para a direita e não passam disto. Reparem que, a assembleia começou eram.... Aliás, é uma coisa que eu também não concordo. Marcam as reuniões para as cinco horas, mas já está estabelecido que só começam passado meia hora. Já está estabelecido. Isto é o chamado à portuguesa, é o respeito pelo horário à portuguesa. E, portanto, esta assembleia tem de se abrir aos munícipes. E para se abrir aos munícipes, se me permitem, eu ia dar duas sugestões: A primeira sugestão é que, se fizesse uma alteração ao Regimento de forma que fosse possível aos munícipes intervirem em duas ocasiões: Uma ocasião que era no início da Assembleia; E uma outra situação que seria, eventualmente, no fim. Imaginem por exemplo, como é o meu caso, vinha aqui alguém. Cinco horas. O Edital diz que, a reunião, era às cinco horas. Vem para aqui o munícipe às cinco horas, chega aqui e não está ninguém. Começa a reunião às cinco e meio. Não sei bem que horas são. São oito e meia, oito e meia e um indivíduo está aqui a aguentar para fazer uma intervenção. Portanto, eu acho que deve ser dada a possibilidade de intervir no início. Em segundo lugar: Não sei se isto é possível, mas, haver um retorno relativamente às intervenções. Eu sei que, está estipulado, o Regimento determina que passado X tempo se dê uma resposta por escrito. A maior parte das vezes, desculpem, não se recebe resposta nenhuma por escrito mas, isso, é indiferente. Eu acho que é importante é as pessoas terem a sensação, quando vêm aqui, que, o que disse, foi, ouvido, escutado e que eventualmente vai ser objeto de um estudo e de uma resposta. Por exemplo: Eu chego aqui e ponho uma questão assim nestes termos: Eu não quero que seja dado uma resposta de imediato; Mas, nós vamos pensar no caso e depois vamos dar uma resposta. Por exemplo: Eu levantei uma questão, numa reunião de câmara, última, que foi a questão da segurança na Bento Carqueja, pus como encarregado de educação e vamos supor que eu vinha aqui e dizia: Oh, Senhor Presidente da Câmara, eu falei sobre este assunto (segurança na Bento Carqueja), isto preocupa-me e preocupa também ao Senhor Presidente da Câmara e ao Senhor Vice-presidente também são pais e também têm lá os filhos a estudar e sabem perfeitamente que não há segurança as pessoas entram lá com facilidade, o problema é fácil de resolver, porque é uma questão de retorno do gradeamento, etc.... Eu falei e vou-me embora. O Senhor Presidente, desculpe lá, abana a cabeça a dizer que sim. Agora o que seria interessante era o Senhor Presidente dizer: Olhe, Senhor munícipe, nós vamos tratar do caso e esteja descansado que nós, brevemente, vamos resolver o problema. Isto estimulava as pessoas a virem cá falar. Porque só o simples gesto de tomar nota no papel ou abanara a cabeça, acho que, não puxa muito as pessoas a virem aqui. Portanto, eu acho que, se fosse possível fazer uma alteração no Regimento, de forma a puxar as pessoas a sentirem que podem vir aqui e que não é uma perda de tempo darem o seu contributo para um melhor funcionamento da gestão autárquica. Quanto mais não seja com estas alterações do Regimento: Falar no início; Falar no fim; E haver o feedback na altura, por muito ligeiro que seja. Acho que, isto mudava mais a participação das pessoas. Muito obrigado. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====

===== *Muito obrigado, Senhor munícipe. Vou-lhe responder. Em relação à primeira parte da sua intervenção. Não tenho comentários, é a sua opinião. E não vou estar aqui a falar mais sobre o assunto, o que foi dito de importante foi dito, todas as pessoas irão pensar aquilo que quiserem depois da discussão que, aqui, na minha opinião, contribuiu e a verdade vem sempre ao de cima, não temos dúvidas. No que diz respeito à segunda parte da sua intervenção. Não posso estar mais de acordo. Também acho, que é muito importante que os munícipes e não só os tais ditos iluminados, tomem parte nesta discussão. E que realmente é uma boa sugestão. E que eu vou, tentar, juntamente, com a comissão que vai rever o próximo Regimento, que realmente essa sua sugestão seja levada a sério e que realmente haja dois períodos de intervenção do público. Um no início e outro no fim. Não posso estar mais de acordo com isso. E porque acho que isto é sempre uma Assembleia que deve estar aberta, sempre, aos munícipes. E os munícipes têm que se interessar e expor os seus problemas e com isso ajudam-nos e com as críticas e com os problemas. Acho que sim senhor. Portanto, eu acho que essa pretensão, irei eu próprio junto da comissão que vai fazer o novo Regimento propor-lhes que essa parte da voz do público esteja presente duas vezes em cada assembleia. Muito obrigado também pela sua intervenção.* =====

===== *Antes de terminar o Senhor Presidente da Mesa propôs a aprovação por minuta da ata relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade.* =====

===== *Para terminar a Sessão o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse:* ==

===== *Quero desejar a todos um bom fim-de-semana e, na segunda-feira, cá nos encontramos.* =====

===== *E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a Sessão, eram 20 h e 45 m, da qual para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos constituintes da Mesa.* =====